

FÁTIMA RODRIGUES DIAS

**MATERIALIDADE NOS RELATOS NÃO FINANCEIROS:
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS EMPRESAS GALP E PETROBRAS**



2022

FÁTIMA RODRIGUES DIAS

**MATERIALIDADE NOS RELATOS NÃO FINANCEIROS:
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS EMPRESAS GALP E PETROBRAS**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação dos professores:

Doutora Maria Leonor Romão Carreiro Fernandes Ferreira da Silva
Doutor Andson Braga de Aguiar



2022

**MATERIALIDADE NOS RELATOS NÃO FINANCEIROS: UM ESTUDO
COMPARADO ENTRE AS EMPRESAS GALP E PETROBRAS**

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída

Fátima Rodrigues Dias

.....
Assinatura

Agradecimentos

Aos meus pais, por todo o esforço de vida pela minha educação.

À minha irmã Ana, pelo incentivo de sempre, por me acompanhar, de perto ou de longe, em toda a minha vida estudantil.

À professora e orientadora, Professora Doutora Leonor Fernandes Ferreira, por sua disponibilidade, seus ensinamentos de extrema qualidade, por me situar quando me perdia, por suas inesquecíveis aulas em tempos de pandemia, por acolher o estudante estrangeiro de forma tão humana, fazendo prosperar a diversidade na academia.

Ao meu orientador brasileiro, Professor Doutor Andson Braga, da Universidade de São Paulo (USP), pelo incentivo, críticas sempre construtivas e disponibilidade.

À coordenadora do secretariado, Dra. Graça Coelho, sempre atenta às demandas estudantis nesta universidade.

RESUMO

Atualmente, as informações prestadas aos stakeholders, além da financeira, alcança também a não financeira, cujo objetivo tem alcance mais amplo, para além do lucro. A sustentabilidade ganhou espaço e com ela surgiram relatos de peculiar importância para os utilizadores daquelas informações, cada vez mais exigentes no que se refere aos temas voltados para o ambiente, social e governança.

Desta forma, surge este trabalho cujo objetivo é o estudo comparativo da materialidade nos relatos não financeiros de Sustentabilidade e Integrados, comparando as petrolíferas GALP e PETROBRAS, empresas com sedes, respetivamente, em Portugal e Brasil. A metodologia utilizada é simultaneamente qualitativa e quantitativa, com recurso a estatística descritiva, através da análise nos dez anos mais recentes em que existe informação publicada à data da escrita desta dissertação, cobrindo, assim, 20 relatos publicados no período 2012-2021. A justificação primordial para a escolha do tema deve-se ao fato de tentar compreender a evolução da materialidade contabilística no percurso do relato financeiro para o não financeiro em duas empresas cujo setor de atividade é tão polémico no que se refere à sustentabilidade e pelo destaque de cada uma, no Brasil e em Portugal.

As conclusões apontam que a PETROBRAS apresenta maior linearidade no seu índice de divulgação de materialidade do que a GALP, porém ainda há muita subjetividade na construção do conceito de materialidade para ambas e que, mesmo que os Relatos Integrado e de Sustentabilidade sejam similares no que se refere à construção dos temas materiais, não há linearidade, levando a crer que a causa seja a quantidade de referenciais em excesso que estes relatos seguem.

Como aprendizado prático observou-se que as empresas analisadas não dão relevância à altura do que exige o tema materialidade em ESG (*Environmental, Social, and Corporate Governance* – ambiente, social e governança corporativa) e que a participação dos stakeholders na formação de seus tópicos poderia ser mais clara.

Palavras-chave: Materialidade; relato não financeiro; relatório de sustentabilidade; relato integrado.

ABSTRACT

Currently, the information provided to stakeholders, in addition to financial information, includes non-financial information, whose objective has a broader scope, in addition to profit. Sustainability gained ground and with it came reports of particular importance to the users information, who are increasingly demanding with regard to issues related to the environment, society and governance.

Therefore, the motivation for this research, whose objective is comparing the materiality in the non-financial information of Sustainability and Integrated reports, comparing the oil companies GALP and PETROBRAS, with headquarters in Portugal and Brazil, respectively. The methodology used is both qualitative and quantitative, with the use of descriptive statistics, through the analysis of the 10 most recent years in which there is information published at the time of writing this dissertation, thus covering 20 reports published in the period 2012-2021.

The primary justification for choosing the topic is due to the fact of trying to understand the evolution of accounting materiality in the course of financial to non-financial reporting in two companies whose sector of activity is so controversial in terms of sustainability and the emphasis on each in its country of operation, Brazil and Portugal. The conclusions point out that PETROBRAS presents greater linearity in its materiality disclosure index than GALP, however there is still a lot of subjectivity in the construction of its materiality concept for both and that, even if the Integrated and Sustainability Reports are similar in what as far as the design of material themes is concerned, there is no linearity, leading to believe that the cause is the excessive amount of references that these reports follow.

As a practical contribution, the analyzed companies do not give relevance to the height of what the materiality theme in ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance – environment, social and corporate governance) demands and that the participation of the stakeholders in the formation of their topics could be more transparent.

Key words: Materiality; Non-financial reporting; Sustainability report; Integrated reporting.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problema	2
1.3 Objetivo e fundamentação	3
1.4 Opções metodológicas	3
1.5 Estrutura do trabalho	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1. Da Responsabilidade Social Corporativa ao Environmental, Social and Corporate Governance (ESG)	4
2.2. Informação não financeira	9
2.3 Relato Integrado	14
2.4 Relatório de Sustentabilidade	15
2.5 Materialidade; percursos financeiros, não financeiros e dupla materialidade	16
3. METODOLOGIA	26
3.1. Objetivos e questões de investigação	26
3.2. Variáveis a analisar	28
3.3. Fonte de dados e período de análise	29
3.4. Dois casos: GALP e PETROBRAS	30
4. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES	32
4.1. Onde e como a materialidade é divulgada (Q1)	32
Quanto à localização, os relatos dedicam um capítulo específico à materialidade ou ela encontra-se dispersa com outros temas. A	32
4.2. Os relatos não financeiros apresentam uma definição de materialidade (Q2)	34
4.3. Informação acerca do procedimento de determinação dos temas considerados materiais (Q3)	35
4.4. Como são apresentadas as informações sobre materialidade (Q4)	36

4.5. Tópicos considerados materiais (Q5).....	39
4.6 Participação dos stakeholders na formação da materialidade, no que se refere à auscultação e forma de abordagem (Q6).....	43
4.7. Índice de Divulgação de Materialidade (Q7)	45
5. CONCLUSÕES	47
BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	56
Anexo 1 – Definições de materialidade	56
Anexo 2 – Fonte de dados: links do website dos relatórios analisados.....	58
Anexo 3 – Links de tópicos considerados materiais na GALP e na PETROBRAS (2012-2021)	59
Anexo 4 – Determinação da materialidade	63
Anexo 5 – Quadro resumo da revisão de literatura.....	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 Temas ESG.....	8
Tabela 4.1. – Volume páginas total dos relatos e exclusivas sobre materialidade.....	33
Tabela 4.2. – Se os relatos apresentam ou não definições de materialidade.....	34
Tabela 4.3. – Definições recentes de materialidade.....	35
Tabela 4.4. – Apresentação dos tópicos materiais.....	36
Tabela 4.5. – Número total de tópicos materiais por empresa.....	39
Tabela 4.6. – Tópicos materiais na GALP (2012-2021).....	41
Tabela 4.7. – Tópicos materiais na PETROBRAS (2012-2021).....	42
Tabela 4.8. – Quantificação da participação dos stakeholders.....	44
Tabela 4.9. – Forma de abordagem aos stakeholders nas duas empresas.....	44
Tabela 4.10. – Forma de abordagem aos stakeholders na GALP.....	45
Tabela 4.11. – Forma de abordagem aos stakeholders na PETROBRAS.....	45
Tabela 4.12. – Índice de divulgação da materialidade.....	46
Tabela 4.13. – Dados estatísticos do índice de divulgação de materialidade.....	46
Tabela A.1. – Definições de materialidade.....	56
Tabela A.2. – Tópicos materiais por período na GALP e PETROBRAS.....	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. – Quatro passos no processo de determinação da materialidade.....	20
Figura 2.2. – Os Princípios da AccountAbility.....	22
Figura 2.1. – Sugestão de Matriz de Materialidade GRI.....	23
Figura 2.4. – Matriz de Materialidade da GALP em 2018.....	37
Figura 4.3. – Matriz de Materialidade GALP 2020.....	37
Figura 4.4. – Matriz de Materialidade da PETROBRAS em 2018.....	38
Figura 4.7. – Matriz de Materialidade da PETROBRAS em 2020.....	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1. – Localização da materialidade na PETROBRAS.....	32
Gráfico 4.2. – Localização da materialidade na GALP.....	32
Gráfico 4.3. – Menção à materialidade (2012-2021).....	34
Gráfico 4.4. – Formato das divulgações dos temas materiais na PETROBRAS.....	36
Gráfico 4.5. – Formato das divulgações dos temas materiais na GALP.....	36
Gráfico 4.6. – Evolução temporal da quantidade de tópicos materiais GALP e PETROBRAS.....	39
Gráfico 4.7. – Evolução do Índice de Divulgação da Materialidade na PETROBRAS.....	46
Gráfico 4.8. – Evolução do Índice de Divulgação da Materialidade na GALP.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AICPA	- Association of International Certified Professional Accountants
ANP	- Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
B3	- Brasil, Bolsa, Balcão
bbl	- Barril
Capex	- Capital Expenditure
CBPS	- Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade (Brasil)
CDP	- Carbon Disclosure Project
CDSB	- Climate Disclosure Standards Board
CPC	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Brasil)
D&I	- Desenvolvimento e Inclusão
EBITDA	- Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações
ECOSOC	- United Nations Economic and Social Council
ESG	- Environmental, Social and Corporate Governance
FSB	- Financial Stability Board
GRI	- Global Reporting Initiative
IASB	- International Accounting Standards Board
IIRC	- International Integrated Reporting Council
IOSCO	- International Organization of Securities Commissions
ISSB	- International Sustainability Standards Board
IFRS	- International Financial Reporting Standards
NFRD	- Non-Financial Reporting Directive
OCC	- Ordem dos Contabilistas Certificados
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não Governamental
RSC	- Responsabilidade Social Corporativa
TCFD	- Task Force on Climate-related Financial Disclosures
SASB	- Sustainability Accounting Standards Board

SEC	- Securities and Exchange Commission
SNC	- Sistema de Normalização Contabilística
UCALP	- União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa
WMO	- World Meteorologic Organization

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A sustentabilidade é, na atualidade, um dos temas mais relevantes para a humanidade que vem a sofrer nas mais diversas áreas, com sequelas ambientais, sociais, económicas. Estas afetam o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida das pessoas, num complexo e desgastante problema que envolve a sinergia homem-natureza.

Um recente relatório da World Meteorological Organization (WMO), Atlas de Mortalidade e Perdas Económicas de Eventos Extremos de Tempo, Clima e Água (1970-2019) refere 11.072 desastres naturais em todo o mundo, resultando em 2,06 milhões de mortes e perdas monetárias de U\$3,64 trilhões (WMO, 2021).

Estudo da Organizações das Nações Unidas prevê que em 2050, 70 por cento da população mundial ocupe as cidades, enquanto atualmente essa percentagem é de 55 por cento (ONU 2019).

Kassai et al (2019: 5) expõem que “o mundo empresarial não poderá continuar com o seu modelo tradicional de extração-produção-distribuição-consumo-descarte, pois os recursos naturais estão sendo explorados a uma velocidade maior do que a capacidade de regeneração da natureza”.

As empresas começam a ficar atentas com a imagem negativa de poluidoras e decidem investir na redução dos seus impactos ambientais. Era necessário tomar providências para minimizar os impactos provocados por suas atividades, e ainda os efeitos de suas decisões quanto a forma de gerir tais impactos. (Calixto e Ferreira, 2005)

Governos e empresas passaram a buscar alternativas para mitigar os efeitos da poluição ambiental e conseqüentemente das mudanças climáticas, com medidas ambientais, legais, sociais, económicas e de gestão que possam assegurar o futuro da sociedade.

Desta forma, a relação empresa/stakeholder ampliou horizontes no tocante à divulgação de informação contabilística, extravasando o aspeto financeiro, passando a divulgar também informações não financeiras.

As empresas do sector petrolífero e de gás natural, têm como fonte de produção os combustíveis fósseis. Estes, por sua vez, possuem substâncias com elevadas quantidades de carbono constituído através de processos naturais de transformação formados ao longo de milhões de anos; logo, sendo amplamente consumidos, o ritmo dessa transformação não acompanha o do seu consumo. São derramados por ano 3.000.000 de toneladas de petróleo nos oceanos, ocorrendo principalmente em atividades em alto mar, tais como o transporte de petróleo, a lavagens de tanques/reservatórios e acidentes com petroleiros. (Gold Energy,2021; Fernandes, 2020)

“A GRI (Global Reporting Initiative) foi fundada em Boston (EUA) em 1997, após protestos públicos sobre os danos ambientais causados pelo derramamento de óleo do Exxon Valdez. Nossas raízes estão nas organizações sem fins lucrativos CERES no Instituto Tellus (com envolvimento do Programa Ambiental da ONU). O objetivo era criar o primeiro mecanismo de prestação de contas para garantir que as empresas adiram a princípios de conduta ambiental responsável, que foram ampliados para incluir questões sociais, econômicas e de governança.” (<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>)

Quando uma empresa se manifesta para questões ambientais, pode melhorar a sua imagem, aumentar a competitividade e, ainda, sofrer impactos em oportunidades de negócio, investimentos e consumo. (Ortigueira, 2018)

1.2 Problema

Se, por um lado, os estudos sobre a participação de empresas no aquecimento global e suas consequências para a sustentabilidade do planeta vêm tomando cada vez mais espaço e visibilidade, por outro, faz-se necessário observar o que estariam essas empresas a fazer para mitigar este problema, como e se estão a divulgar, de fato isso, não só para os stakeholders, mas também para a sociedade de um modo geral, através de seus relatos contabilísticos não financeiros. Aqui, assume particular relevância o problema no tratamento que envolve os aspetos da materialidade, questão que, para além do aspeto financeiro, abarca, também, aspetos de responsabilidade social corporativa, procurando elucidar de que maneiras as empresas estudadas estão a reportar essa materialidade e como foi sua evolução durante o período estudado.

Enquanto as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro - as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) - são preparadas e divulgadas aos seus investidores apenas sob ângulo financeiro, o Relatório de Sustentabilidade para além da informação estritamente financeira,

apresenta informações pormenorizadas sobre os impactos e resultados noutras perspetivas, nomeadamente económica, social e ecológica. (Beske et al, 2020)

1.3 Objetivo e fundamentação

A pesquisa tem como propósito o estudo comparativo da materialidade nos relatos não financeiros de Sustentabilidade e Integrados, comparando as petrolíferas GALP e PETROBRAS, com sedes, respetivamente, em Portugal e Brasil. A escolha das empresas – GALP e PETROBRAS - justifica-se pelos seguintes motivos: em primeiro lugar por serem empresas de um setor polémico no que se refere à poluição; em segundo, por serem empresas de destaque tanto em Portugal como no Brasil, respetivamente; em terceiro lugar por ter sido um derramamento de óleo que fez surgir um dos relatos não financeiros explorados na pesquisa, o Relatório de Sustentabilidade da GRI e, finalmente, para tentar compreender a evolução da materialidade contabilística nesse percurso do relato financeiro para o não financeiro.

1.4 Opções metodológicas

A metodologia utilizada é simultaneamente qualitativa e quantitativa, com uso da estatística descritiva. Constrói-se uma base de dados formada por informação divulgadas nos seus relatórios de sustentabilidade e relatos integrados, no período de 2012 a 2021, cujas empresas possuem como sector de atividade a exploração e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e energia

1.5 Estrutura do trabalho

Esta investigação possui os seguintes capítulos: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados, análises e discussões e, por fim, as Conclusões.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Da Responsabilidade Social Corporativa ao Environmental, Social and Corporate Governance (ESG)

O século XX é considerado como marco inicial das primeiras evidências sociais nos relatórios empresariais. tendo surgido em França os casos pioneiros de apresentação de aspetos sociais em relatórios, nomeadamente divulgando informação sobre a mão de obra e as respetivas condições de trabalho, no denominado *billan social* (balanço social) com a empresa Singer a inaugurar no mundo empresarial o primeiro balanço social em 1972 (Benedicto et al., 2008; Alzate et al., 2018).

Não aconteceu por acaso esse passo inaugural prático do surgimento do balanço social. Pode entender-se como uma reação ao posicionamento abusivo das empresas com sua postura de excessiva autonomia sobre a sociedade, sem a devida responsabilidade sobre as consequências negativas, tais como degradação ambiental, exploração do trabalhador e abuso económico deu origem a literatura formal sobre responsabilidade social na década de 50, na Europa e Estados Unidos (Borger e Costa, 2020).

A primeira publicação sobre o tema ocorreu em 1953, intitulada “Social Responsibility of the Businessman”, do economista americano Howard R. Bowen, cujo livro se tornou uma referência em estudos, pelo carácter inovador sobre o papel dos negócios no bem-estar da sociedade (Alam e Rashid, 2022). Bowen faz uma análise sistemática e crítica da responsabilidade social, baseada nos antecedentes históricos, atitudes dos empresários em relação às obrigações para com a sociedade, análise e avaliação de propostas para futura implantação e questões éticas. Explica ainda que a doutrina tem carácter solidário, sem, porém, supor que todos os problemas económicos sejam da responsabilidade exclusiva das empresas nem das consequências sociais de suas ações (Bowen, 1953)

A conceção de responsabilidade social de Bowen insere-se no contexto capitalista americano (portanto, o lucro não é desconsiderado) com conceções, inclusive religiosas e de não intervenção económica do Estado na economia. A perceção do que se entende por empresa *socialmente* responsável vincula-se aos interesses ideológicos do sistema social capitalista e que, para Bowen, estava-se entrando numa era em que os negócios

privados seriam julgados exclusivamente em função da contribuição para o bem-estar coletivo. (Alves, 2003)

Como antecedentes históricos, tem-se a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, após a assinatura do Tratado de Versalhes, que surgiu com reflexões éticas, económicas e humanitárias pós-Revolução Industrial. Em 1944, a OIT adotou a Declaração de Filadélfia com o propósito de reafirmar os seus objetivos. Dos vários tópicos que se relacionam com a responsabilidade social corporativa, destacam-se os três seguintes:

- *“a necessidade de cada nação e um esforço internacional contínuo e organizado pela qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os dos Governos, participem em discussões livres e em decisões democráticas tendo em vista promover o bem comum;*
- *reconhecimento efectivo do direito de negociação colectiva e da cooperação entre empregadores e os trabalhadores para a melhoria contínua da organização e da produção, assim como da colaboração dos trabalhadores e dos empregadores para a elaboração e aplicação da política social e económica;*
- *extensão das medidas de segurança social com vista a assegurar um rendimento de base a todos os que precisem de tal protecção, assim como uma assistência médica completa”.*

O documento afirma ainda que, para que se cumpram os diversos objetivos ali elencados, são necessárias medidas que promovam a produção e o consumo, com progresso económico e social e melhorias na saúde, educação e bem-estar social de todos os povos (Declaração de Filadélfia, OIT, 1944, https://www.ilo.org/brasil/centro-de-informacoes/documentos/WCMS_336957/lang--pt/index.htm).

Na sequência, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948, que pontuou: direitos económicos, sociais e culturais, condições justas e favoráveis de trabalho e remuneração justa e satisfatória que assegure dignidade humana e outros meios de protecção social, limitação razoável de horas de trabalho e férias remuneradas periódicas.

A Responsabilidade Social abrange cinco dimensões: *interesse social*, que estaria vinculado, mesmo que contraditoriamente, ao carácter ideológico do sistema capitalista; *económica*; de *gestão*, que contribui para a mudança de cultura interna e elevação da capacidade de gerenciamento em contexto social global; *institucional*, legal ou não, que

restringe as ações empresarias e promove um mundo mais democrático; e, por fim, a dimensão *ética*. (Alves, 2003)

O meio ambiente entrou em pauta internacional com a Resolução 1721 do ECOSOC (Conselho Económico e Social), das Nações Unidas em 1972. Vários fatores contribuíram para a notoriedade do tema, tais como as sociedades altamente industrializadas, as consequências ecológicas por força da ação do homem na natureza e o crescimento populacional, tema cujo alerta foi feito através por uma pesquisa do MIT (Massachusetts Institute of Technology), *The Limits to Growth*, para o Clube de Roma¹.(Dias, 2017)

A Conferência de Estocolmo (Resolução 1721, ECOSOC de 1972) reconheceu o problema ambiental e a necessidade de ações, descrevendo responsabilidades e políticas do meio ambiente, com 109 recomendações, sendo considerada um marco jurídico mundial. As recomendações foram agrupadas em três tipos de atividades: avaliação do meio ambiente, gestão do meio ambiente e medidas de apoio às atividades económicas (Gurski et al, 2012).

Rico (2010: 21) argumenta que a Responsabilidade Social Corporativa tem como base os direitos e deveres dos cidadãos, com acesso aos direitos civis, políticos e sociais e, ainda, liberdade nas suas decisões.

No caso do Brasil, importa ressaltar ainda a importância da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) nos países em desenvolvimento, através de projetos de RSC que promovem a inclusão social através de uma economia mais inclusiva reduzindo, assim, os níveis de pobreza nas comunidades vizinhas. (Cezarino et al, 2022).

Em 2001, a Comissão Europeia publicou o Livro Verde cujo objetivo consiste em sensibilizar e fomentar o debate sobre as novas formas de promover a responsabilidade social das empresas, no qual destaca como ações de apoio a promoção da responsabilidade social que, assim, têm aplicação a Portugal:

¹ Criado em 1968 para debater um conjunto de assuntos relacionados a política e economia internacional, mas sobretudo, com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável – que concluiu que, apesar dos avanços tecnológicos, o planeta não suportaria o crescimento populacional devido à crescente pressão sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição (Os Limites do Crescimento, Arnaldo Xarim, Economista, <https://www.jornaltornado.pt/os-limites-do-crescimento-do-club-de-roma-ao-futuro/>)

- formação e reconversão, por forma a garantir que os gestores possuem as habilitações e competências necessárias ao desenvolvimento e à promoção da responsabilidade social das empresas;
- a difusão e o intercâmbio de informação, designadamente no que se refere às boas práticas de responsabilidade social, definição de normas, avaliação comparativa e acompanhamento, contabilidade, auditoria e apresentação de relatórios;
- análise e investigação das políticas sociais a médio prazo;
- análise do papel do quadro jurídico.

A RSC abriu espaço para o ESG, que agregou o conceito de sustentabilidade e criou indicadores ESG. Vários estudos apontam que empresas com bom desempenho ESG podem beneficiar da redução de custos e riscos, fortalecer as suas marcas, melhorar o crescimento e criar valor para os seus sócios (Gontijo, 2020).

Na década de 1990, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no intuito de dar seguimento à Conferência de Estocolmo, com a participação de 178 países, FMI e Banco Mundial, mais de 3000 ONGs, que se reuniram para discutir o desenvolvimento sustentável, buscando um novo consenso sobre um modelo sustentável de progresso. (Fernandes et al, 2016).

Romeiro (2012: 84) evidencia o desenvolvimento sustentável, sob o ponto de vista ecológico, (que também se insere no contexto desse estudo, pelas suas consequências económicas e sociais), como um processo de melhoria do bem-estar humano com base numa produção material/energética a garantir o conforto adequado e esteja estabilizada num nível compatível com os limites termodinâmicos do planeta.

O Princípio 12 da Eco-92 confirma essa preocupação de crescimento económico/desenvolvimento sustentável ao preconizar que:

“os Estados deverão cooperar na promoção de um sistema económico internacional aberto e apoiado que conduza ao crescimento económico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países de forma a melhor tratar os problemas de degradação ambiental”. (https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf)

O termo ESG surgiu em 2004 numa publicação do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas, que reuniu instituições financeiras de nove

países, num documento chamado *Who Cares Wins* (Ganha quem se importa), que teve como principal motivado o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan (Dias, 2021).

A IOSCO² emitiu um comunicado em 2019, que destaca a importância da divulgação das questões ESG na publicação de informações para investidores.

“Conforme sublinhado pela IOSCO em seus Objetivos e Princípios da Regulamentação de Valores Mobiliários, a regulamentação de valores mobiliários tem três objetivos principais: proteger os investidores, garantir que os mercados sejam justos, eficientes e transparentes e reduzir o risco sistêmico. O Princípio 16 da IOSCO afirma que os emissores devem fornecer “divulgação completa, precisa e oportuna de resultados financeiros, riscos e outras informações que sejam relevantes para as decisões dos investidores”. Com relação a este Princípio, a IOSCO enfatiza que as questões ESG, embora às vezes caracterizadas como não financeiras, podem ter um impacto material de curto e longo prazo nas operações comerciais dos emissores, bem como nos riscos e retornos para os investidores e seus investimentos e decisões de voto.” (IOSCO, 2019)

É possível afirmar que a ESG é um novo paradigma de negócios no mercado, adotado por diversas empresas, principalmente as de capital aberto, que ao contrário da RSC, que não era vinculante, a ESG não é mais voluntária, mas vinculante e obrigatória. (Farias e Barreiros, 2020)

A Tabela 2.1. sistematiza os principais temas incluídos em cada uma das três vertentes ESG.

Tabela 2.1 Temas ESG

AMBIENTE	SOCIAL	GOVERNANÇA
<ul style="list-style-type: none"> • Alterações climáticas e emissões • Poluição do ar e da água • Biodiversidade • Desmatamento • Eficiência energética • Gestão de resíduos • Escassez de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação do cliente • Proteção de dados e privacidade • Género e diversidade • Envolvimento dos funcionários • Relações da comunidade • Direitos humanos • Padrões de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Composição do conselho • Estrutura da comissão de auditoria • Suborno e corrupção • Compensação executiva • Lobbying • Contribuições políticas • Esquemas de colarinho branco

Fonte: KPMG 2021.

² A Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) é o órgão internacional que reúne os reguladores mundiais de valores mobiliários e é reconhecido como o definidor global de padrões para o setor de valores mobiliários. A IOSCO desenvolve, implementa e promove a adesão a padrões de regulamentação internacionalmente reconhecidos. Trabalha intensamente com o G20 e o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) na agenda global de reforma regulatória. (https://www.iosco.org/about/?subsection=about_iosco)

Com o seu surgimento, o termo ESG passou a ter políticas de regulamentação e divulgação. A União Europeia, por exemplo, tem sistemas de regulamentação-orientação-treinamento-divulgação com legislação e divulgação das informações. (Jun et al, 2022)

Para a IOSCO, sob a perspectiva dos investidores, estes valorizam significativamente as questões ESG nas suas estratégias de investimentos, destacando que suas divulgações são necessárias em suas decisões de investimento e voto, afetam a criação de valor a longo prazo e a natureza dos riscos estratégicos e financeiros.

A divulgação ESG tem ainda impacto positivo no capital intangível, apesar de os investimentos nessa área mostrarem uma relação não linear com esse capital intangível nas empresas cotadas. (Jun et al, 2022)

Desta forma, as empresas passaram a reportar não apenas os relatos tipicamente financeiros, como Balanço, as demonstrações de resultado, de alterações do capital próprio, de fluxo de caixa e o Anexo.

A Contabilidade foi-se adequando aos novos paradigmas do mercado e adotando paulatinamente novos modelos de relato, como o Relatório de Sustentabilidade e o Relato Integrado.

Para as empresas públicas e sociedades de economia mista brasileiras, a exemplo da PETROBRAS, foi criada a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, cujo artigo 8.º estabelece que estas deverão fazer ampla divulgação ao público geral em carta anual de governança corporativa.

2.2. Informação não financeira

As mudanças nos mecanismos de prestações de contas constituem elemento essencial numa análise das transições de sustentabilidade, com novos valores e conhecimentos refletidos em novos padrões e normas com importantes efeitos para as pessoas e o planeta (Sareen e Wolf, 2021).

A informação não financeira é toda aquela informação que não tem carácter financeiro, mas que reúne muitas mais valias para tornar o relato de uma empresa mais claro, fiável e abrangente, por forma permitir conhecer melhor a empresa na sua globalidade (Pereira, 2016).

Whitehead (2016, 400) esclarece que múltiplas estruturas voluntárias de avaliação de sustentabilidade e esquemas de certificação foram desenvolvidas em resposta aos pedidos de melhoria do desempenho de sustentabilidade das empresas.

Antes, os relatos apresentados pelas empresas, possuíam carácter económico-financeiro, com olhar focado no lucro. Atualmente, as informações prestadas aos respetivos *stakeholders*, além da financeira, alcança também a não financeira, cujo objetivo tem alcance mais amplo, para além do lucro.

Carpejani et al (2017;9) arrazoam que a sustentabilidade mudou a forma que as empresas interagem com o mercado, mesmo que demanda sustentável tenha emergido há pouco tempo, é impensável desassociar as perspetivas económicas, ambientais e sociais do desenvolvimento futuro.

As empresas passaram então a adotar diferentes estruturas (frameworks) ESG, que começaram a ser adotadas em conjunto ou separadamente, de acordo com os perfis de cada organização.

A conjugação de informações financeiras e não financeiras dá aos stakeholders uma visão mais ampla e completa nos níveis económico, social e ambiental, trazendo para as corporações decisões mais fiáveis e eficazes por parte de seus gestores. (Rocha, 2021)

A KPMG (2020) menciona as seguintes instituições, como as principais organizações não financeiras utilizadas pelas empresas, como referências nos seus frameworks e ou standards, em todo o mundo: GRI, SASB, IIRC, CDSB e CDP.

GRI: Com sede em Amsterdan, a Global Reporting Initiative, foi fundada em 1997 e define os padrões internacionais para os Relatórios de Sustentabilidade. Seus relatórios são usados em mais de 100 países. (GRI, 2022)

CDP: Carbon Disclosure Project é uma instituição sem fins lucrativos, com escritórios em cinquenta países, e mais de 90 já aderem à suas divulgações. Possui um sistema onde as empresas medem, divulgam, gerenciam e relatam informações ambientais, dispondo de um grande banco de informações sobre carbono, água e desmatamento. (CDP, 2022)

SASB: Sustainability Accounting Standards Board, foi fundado em 2011 e seus padrões fornecem divulgações de sustentabilidade baseadas nos riscos e oportunidade que possam gerar valor para as empresas. (SASB, 2022)

IIRC; International Integrated Reporting Council, se define como uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, profissionais do setor contabilístico e ONGs, definidores dos padrões para os Relatos Integrados.

CDSB; o Climate Disclosure Standards Board, foi criado em 2007 e oferecia às empresas estruturas rigorosas de reportes não financeiros, e foi base para as recomendações do TCDF (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures) com uma abordagem para relatar informações ambientais e sociais, assim como orientações técnicas sobre clima, água e biodiversidade. (CDSB, 2022)

Cabe ainda destacar os padrões ESG da AccountAbility³ cujos standards AA1000 dividem-se em 3: AccountAbility Principles, Stakeholder Engagement Standard, Assurance Standard, os quais, resumidamente, servem para:

- *desenvolver, analisar e implementar iniciativas de sustentabilidade;*
- *criar e conduzir práticas inclusivas de engajamento de partes interessadas relacionadas à sustentabilidade;*
- *assegurar a credibilidade ao relatar o progresso em direção às metas de sustentabilidade. (Accountability, 2022)*

Entretanto, estudos revelaram que o grande número de organizações com standards e frameworks ESG estava a gerar insegurança para investidores e demais públicos de interesses, como “vulnerabilidade à manipulação pelo seu caráter narrativo (Basu e Palazzo, 2008; Melloni et al., 2017), “margem discricionária da gestão na escolha do conteúdo reportado” (Milne e Gray, 2013) e “padronizações” (Hodge et al., 2009; Braam e Peters, 2017)”, apud Berske et al. (2020, 163). Também conjugam com esse pensamento, Abhayawansa e Adams (2021) que alertaram sobre uma preocupação de que a proliferação de estruturas e padrões de relatórios estivesse a causar confusão e sobre a necessidade de consistência na comparabilidade das informações.

Assim SASB, IIRC e CDSB, passaram, a partir de 2022, a ser regulados pelo International Accounting Standards Board (IASB) e o International Sustainability Standards Board (ISSB) da Fundação IFRS⁴.

³ Instituição global de consultoria e padrões que atua junto a empresas, governos, investidores e organizações multilaterais no âmbito ESG cujo objetivo é promover práticas comerciais responsáveis e transformar resultados a longo prazo. Atua nas áreas sustentabilidade/estratégia ESG, desenvolvimento de métricas ESG e Scorecard, Reporte e Disclosure. (<https://www.accountability.org/>)

⁴ A International Financial Reporting Standards Foundation é uma corporação sem fins lucrativos constituída no Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com a Delaware Division of Companies, e está registrada como uma empresa estrangeira na Inglaterra e no País de Gales (<https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2/>). A Fundação IFRS é uma organização de interesse público sem fins lucrativos criada para desenvolver padrões de divulgação de contabilidade e

“A consolidação atende à demanda do mercado – inclusive de empresas, investidores e reguladores – para simplificar o cenário de divulgação de sustentabilidade e segue a consolidação do Climate Disclosure Standards Board (CDSB) na IFRS Foundation.” (Comissão Brasileira de Relato Integrado,2022)

Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia em 1986, vindo, desde então, seguindo as diretivas da Comissão. Nesse diapasão, segue a Diretiva 2014/95 do Parlamento Europeu para a divulgação de informações não financeiras que ingressou no ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei 89/2017. O objetivo da norma é reforçar a transparência e tornar as informações mais uniformes. (OCC, 2007; CMVM,2021)

No que se refere à sustentabilidade, eixo principal de origem dos relatos não financeiros, em abril de 2021 foi criada uma proposta para uma Diretiva relativa à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas (CSRD), a qual pode-se enfatizar os seguintes tópicos:

- *“estende o âmbito das obrigações de comunicação sobre sustentabilidade;*
- *altera os requisitos de comunicação sobre sustentabilidade na NFRD (Non Financial Reporting Directive), incluindo através da extensão da sua aplicação a todas as grandes empresas e a todas as empresas com valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados europeus, à exceção das microempresas, clarificando o princípio da dupla materialidade e especificando em maior detalhe a informação que as empresas devem divulgar;*
- *harmoniza a responsabilidade coletiva dos membros dos órgãos de administração, gestão e supervisão com os requisitos revistos em matéria de comunicação de informações sobre sustentabilidade, nomeadamente exigindo-lhes que assegurem que a empresa apresente relatórios em conformidade com as normas;*
- *exige que os revisores oficiais de contas efetuem um trabalho de garantia de fiabilidade limitada no âmbito da comunicação de informações sobre sustentabilidade e que os Estados-Membros assegurem o estabelecimento de requisitos coerentes para todas as pessoas e empresas autorizadas a emitir o parecer sobre a garantia de fiabilidade da comunicação de informações sobre sustentabilidade; em relação a este novo requisito, a Comissão também propõe alterar a Diretiva sobre auditoria”.* (CMVM, 2021)

Essa proposta altera as Diretivas 2013/34/UE, 2004/109/CE, 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, no que respeita à comunicação de

sustentabilidade de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e globalmente aceites. (<https://www.ifrs.org/>)

informações sobre a sustentabilidade das empresas, tendo, dentre suas diversas razões, as consequências da pandemia da Covid-19 a qual “deverá acelerar ainda mais o crescimento da procura de informações sobre sustentabilidade por parte das empresas, por exemplo no que diz respeito à vulnerabilidade dos trabalhadores e à resiliência das cadeias de abastecimento”. (Comissão Europeia, 2021).

Outra medida importante foi a aprovação da Taxonomia, através do Regulamento (EU) 2020/852 em 22 de junho de 2020, que veio no intuito de determinar o que é realmente sustentável, onde as atividades económicas devem estar alinhadas aos seguintes critérios para serem consideradas sustentáveis:

- 1- Deve contribuir para um ou mais dos seguintes ODS:
 - *Mitigação das alterações climáticas;*
 - *Adaptação às alterações climáticas;*
 - *Uso sustentável e proteção da água e recursos marinhos;*
 - *Transição para a economia circular;*
 - *Prevenção e controlo da poluição;*
 - *Proteção e restauro da biodiversidade e ecossistemas.*
- 2- Não causa danos significativos, *Does Not Significantly Harm* (DNSH), a nenhum dos objetivos ambientais.
- 3- A sua realização está em conformidade os requisitos mínimos definidos no Regulamento (incluindo as orientações da OCDE para Empresas Multinacionais, da Organização Internacional do Trabalho, etc.).
- 4- Está em conformidade com os critérios técnicos de *screening* desenvolvidos pelo Grupo de Peritos Técnicos na forma de atos delegados, aplicáveis a 1 de janeiro de 2022, para objetivos climáticos e, a partir de 1 de janeiro de 2023, a outros objetivos ambientais. (EY, 2021)

Nas normas brasileiras destacam-se:

1. em 2011 a Bolsa de Valores Oficial do Brasil (B3) lançou o Relato ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, cujo objetivo é estimular as companhias a publicar informações sociais, ambientais e de governança corporativa que cada vez mais impactam na decisão de investimento, além de disponibilizar este banco de dados a todos os *stakeholders*.
2. para as empresas públicas e sociedades de economias mista brasileiras a Lei 13.303, de 2016, estabelece que estas deverão fazer divulgação anual de Relatório Integrado ou de Sustentabilidade.
3. a Resolução CVM nº 14, de 09 de dezembro de 2020, torna obrigatória para as companhias abertas, quando da decisão de elaboração e divulgação do Relato Integrado, a Orientação CPC 09 – Relato Integrado, emitida pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC o qual deverá ser objeto de asseguração limitada por auditor independente registrado na CVM.

4. em junho de 2022, Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC 1.670, de 9 de junho de 2022, criou o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) cuja função será:

“O estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre divulgação das práticas de sustentabilidade (ambiental, social e de governança – ASG), preparando pronunciamentos técnicos para serem adotados pelos reguladores no Brasil. O novo comitê vai interagir com o International Sustainability Standards Board (ISSB), cuja criação foi anunciada pela Fundação IFRS na Conferência das Partes da ONU”.
(CFC, 2022)

2.3 Relato Integrado

O Relato Integrado comunica como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, criam, preservam ou corroem valor no curto, médio e longo prazo. (IIRC, 2020).

O Relato Integrado não apenas divulga informação, mas aumenta o rigor no controle interno e contribui para a criação de valor da empresa (Pereira, 2016), diferente dos relatórios financeiros convencionais voltados para o passado (Jaysiri et al, 2022).

O Relato integrado é considerado um relato híbrido, pois integra tanto informações financeiras como não financeiras sintetizadas em um único documento, com referência à estratégia e modelo de negócio, planos de criação de valor futuro para as organizações, relacionando esses fatores aos aspectos financeiros, intelectual, humano e social. (Villiers e Sharma, 2017)

A estrutura do Relato Integrado, usada em cerca de 75 países, antes regulada pelo IIRC, é agora responsabilidades do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e do Conselho de Normas Internacionais de Sustentabilidade (ISSB) da Fundação IFRS. (IFRS, 2022).

O Relato Integrado visa:

- *“melhorar a qualidade das informações disponíveis aos provedores de capital financeiro para permitir uma alocação de capital mais eficiente e produtiva;*
- *promover uma abordagem mais coesa e eficiente para relatórios corporativos que se baseie em diferentes vertentes de relatórios e*

comunique toda a gama de fatores que afetam materialmente a capacidade de uma organização de criar valor ao longo do tempo;

- *melhorar a responsabilidade e administração da ampla base de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural) e promover a compreensão de suas independências;*
- *apoiar o pensamento integrado, a tomada de decisão e as ações com foco na criação de valor no curto, médio e longo prazo.(IFRS, 2022)*

2.4 Relatório de Sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade proporciona o estabelecimento de metas das organizações, acompanhando seu desempenho e mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis, divulgando informações dos seus impactos sobre o meio ambiente, sobre a sociedade e a economia. (Velozzo e França, 2017)

Completados 25 anos de sua fundação, em setembro de 2022, a GRI teve sua primeira versão de diretrizes global para relatórios de sustentabilidade publicada em 2000, denominada Diretrizes GRI G1. Dois anos depois, foi atualizada para a GRI G2. Segundo a própria instituição, com o crescimento da demanda e aceitação crescente por parte das organizações, houve expansão e aprimoramentos, que resultaram na G3 e G4, respectivamente nos anos de 2006 e 2013. (GRI, 2022).

Em 2016 houve uma mudança significativa na GRI na qual a instituição deixou de estabelecer orientações e passou a definir padrões, assumindo uma abordagem mais voltada às demandas de divulgação obrigatória, como a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa da UE e da IFRS para padrões de valor empresarial. (GRI, 2022)

Os padrões GRI do Relatório de Sustentabilidade foram elaborados para relatar seus impactos na economia, no meio ambiente e na sociedade, podendo ser usados com padrões inter-relacionados e focados em temas materiais. (GRI, 2016)

“Os Padrões GRI criam uma linguagem comum para organizações e partes interessadas, com a qual os impactos econômicos, ambientais e sociais das organizações podem ser comunicados e compreendidos. Os Padrões são projetados para melhorar a comparabilidade global e a qualidade das informações sobre esses impactos, permitindo assim maior transparência e responsabilidade das organizações”. (GRI, 2016)

Em 2021 houve atualizações nesses padrões universais e a implementação da primeira norma setorial GRI que foi para o setor de petróleo e gás. A *GRI 11- Setor de Petróleo e Gás*, teve a supervisão da Sustainability Standards Board (GSSB), organização

independente da GRI, e terá abrangência nas organizações que realizam a exploração de petróleo e gás, produção, armazenamento e refino, incluindo ainda, organizações que forneçam equipamentos e serviços em campos de petróleo e plataformas offshore, com aplicabilidade obrigatória a partir de 2023. (GRI,2022)

2.5 Materialidade; percursos financeiros, não financeiros e dupla materialidade

A materialidade é o cerne da Contabilidade e da Auditoria, sob o ponto de vista da evidenciação (*disclosure*) para os tomadores de informações, quais sejam todos os *stakeholders*. Não por acaso sua definição vem sofrendo aperfeiçoamentos ao longo do tempo.

Juma'h (2009: 22) noticia que desde 1800 os tribunais do Reino Unido destacaram a importância das divulgações aos usuários e que nos Estados Unidos a materialidade ganhou notoriedade com a publicação da Lei de Segurança ⁵ de 1933.

Em 1980 o FASB definiu materialidade das demonstrações financeiras, na Estrutura Conceitual, como:

“A magnitude de uma omissão ou distorção de informações contábilísticas que, à luz das circunstâncias circundantes, torna provável que o julgamento de uma pessoa razoável que confia nas informações teria sido alterado ou influenciado pela omissão ou distorção” (AICPA, 2018).

A materialidade tem proximidade com o que é relevante, que torna uma informação importante para a tomada de decisão, podendo estar relacionada com vários mecanismos de divulgação de informação quantitativa e descrições ou qualificações relevantes desses dados (Hendriksen e Van Breda, 1999).

Para o IASB a materialidade iria depender da natureza ou da magnitude da informação, separadas ou em conjunto, sendo esta avaliação feita por cada entidade. A materialidade também se caracteriza pela relevância da informação, sendo esta tida como

⁵ O Securities Act de 1933 foi criado e transformado em lei para proteger os investidores após a quebra do mercado de ações em 1929. A legislação tinha dois objetivos principais: garantir mais transparência nas demonstrações financeiras para que os investidores pudessem tomar decisões informadas sobre investimentos; e estabelecer leis contra declarações falsas e atividades fraudulentas nos mercados de valores mobiliários (Kenton, 2020).

relevante se a sua omissão, distorção ou obscurecimento puder razoavelmente influenciar as decisões dos seus principais utentes (IFRS, 2021).

Alguns métodos de cálculo são utilizados para a determinação da materialidade, como por exemplo o mostrado no trabalho de Pinheiro et al. (2017), que a conduzem a partir dos seguintes procedimentos:

- 1) *Adota-se um referencial;*
- 2) *Cria-se um valor apropriado para o referencial ajustado para qualquer transação não usual*
- 3) *Define-se um percentual e aplica no referencial.*

Após esses passos estaria estabelecida a materialidade, obtendo-se o parâmetro para identificar as informações qualitativas e quantitativas que poderão ter influência nas decisões dos usuários das informações financeiras, devendo, portanto, ser divulgadas (Pinheiro et al, 2017)

A construção acerca da materialidade sob o ponto de vista contabilístico revela um conjunto de condicionamentos, eventos e batalhas que levaram ao desenvolvimento de um conceito que não mostrou linearidade (Edgley, 2013).

De tantos recursos submetidos aos tribunais americanos e/ou pela falta de consenso ou mesmo dificuldade de harmonizar tantos preceitos em um conceito que fosse por inteiro assimilado dentro da complexidade da materialidade contabilística, o Supremo Tribunal se manifestou quanto à materialidade, considerando que:

“um fato omitido é considerado relevante se houver uma probabilidade substancial de que um acionista razoável o considere importante para decidir como votar”. (AICPA, 2018)

Messier et al. (2005) apresentaram uma revisão de vinte anos de estudo sobre materialidade que pontua diversas particularidades convergentes para essa não linearidade conceitual, ainda presente na atualidade. Para além disso, os autores mencionam um evento sério do ponto de vista da contabilidade e da auditoria, onde o presidente da *Securities and Exchange Commission* (SEC)⁶, Arthur Levit, em 1998, relata a sua preocupação na qual empresas e auditores estariam a abusar do conceito de materialidade na gestão de lucros.

⁶ Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos.

O *chairman* da SEC então instruiu que fossem desenvolvidos métodos de determinação da materialidade que ultrapassassem os requisitos puramente quantitativos e que fossem considerados também aspetos qualitativos na determinação da materialidade. Desta forma, em 1999, foi publicado o *Staff Accounting Bulletin* (SAB No. 99), intitulado *Materiality*, o qual estabelece que a avaliação da materialidade baseada em medidas puramente quantitativas é inadequada. (Messier et al, 2005)

Para o SNC (2019) a aplicação do conceito de materialidade aparece ligado com a relevância e natureza da informação, ou ainda, dimensão ou omissão de um erro.

“A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utentes tomadas com base nas demonstrações financeiras”. Entretanto o normalizador português não é claro quando afirma que a materialidade “proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação tenha de ter para ser útil”. (Rodrigues, 2019:44)

No Brasil, o CFC, Conselho Federal de Contabilidade (alinhado ao IFRS e a UCALP⁷), instituição que edita as normas brasileiras de contabilidade e de auditoria, prescreve a seguinte definição de materialidade na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, através da norma CPC 00 (R2), de 2019:

“Materialidade é um aspeto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios. Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.” (CPC 00 (R2), 2019, 2.11)

Um estudo de Edgley (2013) sobre a genealogia da materialidade, baseado em orientações contabilísticas profissionais, livros didáticos, periódicos, trabalhos académicos, literatura jurídica, ciências sociais e estudos de casos na América e Europa, concluiu que a materialidade opera no viés filosófico de jogos de verdade sobre visibilizar, controlar, domar, administrar ou ocultar erros e subjetividades na tradução das

⁷ A União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP) é uma associação sem fins lucrativos, formalizada em setembro de 2019, que congrega as entidades reguladoras, de base, das profissões de contabilista e de auditor, nos países ou regiões de língua portuguesa. A sua missão é reforçar o interesse público dos profissionais de língua portuguesa e as relações entre estes profissionais e as suas economias.

inscrições contábilísticas, sendo ainda a materialidade contábilística, um conceito que estaria associado a julgamentos da auditoria.

Desta forma, o conceito de materialidade foi evoluindo, deixando de ser um conceito meramente quantitativo para incluir aspectos qualitativos, dentro de uma perspectiva que se conjuga tanto no contexto onde a organização se encontra inserida, como no julgamento profissional, revelando assim o atributo da subjetividade. (Coelho, 2016).

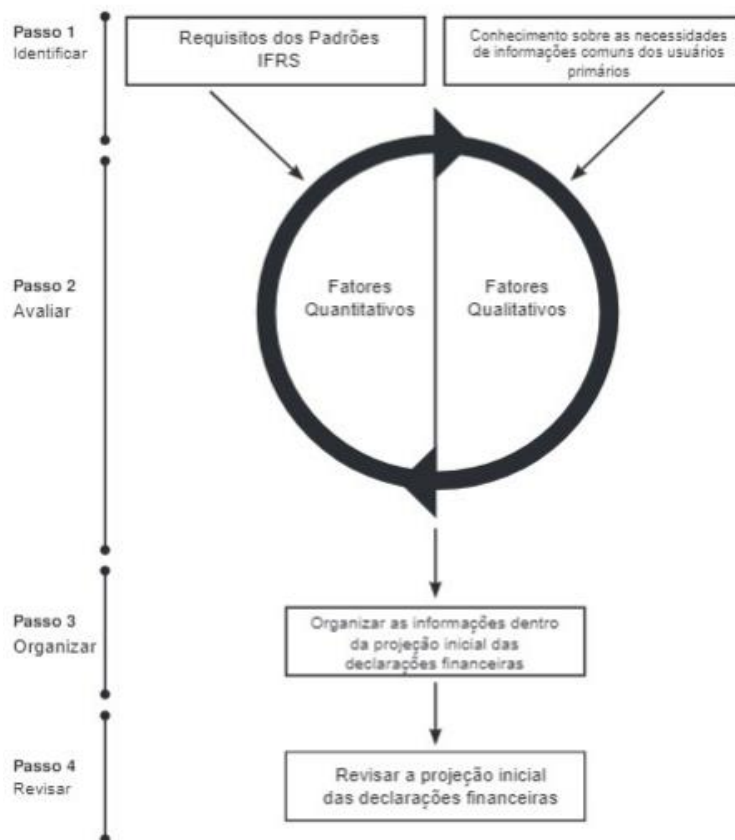
Whitehead (2016,400) reconhece que não existe uma fórmula para determinar a materialidade financeira, apenas um conjunto de princípios e boas práticas que devem ser aplicados quando se realiza uma análise de materialidade

Para atenuar esses obstáculos o IFRS lançou em 2017 a Declaração de Práticas IFRS 2, *Making Materiality Judgements*. Esta norma, embora não seja de aplicação obrigatória, poderá auxiliar as empresas a identificar as características gerais da materialidade, bem como orientá-las em circunstanciais específicas de julgamentos de materialidade relativos a períodos anteriores, erros, ajustamentos, e ainda em relatos interinos (intercalares). O documento apresenta quatro etapas para uma possível avaliação da materialidade:

- *identificar informações com potencial alcance material;*
- *avaliar a sua relevância;*
- *organizar as informações de forma que se tornem claras para seus usuários;*
- *rever se todas as informações relevantes foram identificadas e se a materialidade foi considerada de forma ampla e agregada, em todo o conjunto das demonstrações financeiras. (IFRS, 2021)*

A Figura 2.1. mostra os quatro passos presentes no processo de determinação da materialidade.

Figura 2.1. – Quatro passos no processo de determinação da materialidade



Fonte: IFRS (2021).

Com a evolução dos reportes para além das demonstrações financeiras, quando nesta seara já discutia os aspetos qualitativos da materialidade e a falta de um consenso por parte das normas e da literatura, o mercado se viu sob outra perspetiva não menos importante do que as informações de carater financeiro típicas: a materialidade nas demonstrações não financeiras.

A análise da materialidade carrega fundamental importância na abordagem integrada em estratégias de sustentabilidade e reporte, com crescente relevância na atuação das questões não financeiras, como as sociais, ambientais e de governança, mas constitui-se um desafio identificar as questões relevantes para os relatórios de sustentabilidade e priorizar as questões materiais alinhadas às necessidades dos stakeholders (Font et al, 2015, Hsu et al, 2013).

A materialidade em relatos não financeiros é um conceito relativamente novo e sem uma definição singular nem processo de determinação por parte dos normalizadores, reguladores e órgãos profissionais. (Weitzel, 2021)

A Accountability (2018) considera que a materialidade, no viés da sustentabilidade, está relacionada à identificação e priorização de temas de sustentabilidade conforme sua relevância, vinculando o impacto de cada tema à organização e seus stakeholders, incluindo riscos e oportunidades nas questões ESG e seus efeitos no longo prazo.

Por mencionar, dentre os princípios, o da materialidade, julga-se necessário trazer alguns aspectos do AA1000AP (*Accountability Principles*), composto por quatro princípios: inclusão, capacidade de resposta, materialidade e impacto, sendo que, este último foi incluído na atualização de 2018 e, segundo o AA1000AP, sublinha a priorização dos resultados e da responsabilidade, relativos à atual prática de gestão de sustentabilidade. No que se refere à determinação dos tópicos matérias, deve-se avaliar os impactos na estratégia, governança e atividade, incluindo:

- *“a identificação e representação adequada de tópicos relativos ao setor, indústria, geografia,*
- *modelo de negócio e estrutura de uma organização;*
- *a criação de critérios de avaliação claros, equilibrados e replicáveis; e*
- *uma abordagem de avaliação que esteja integrada nos processos da organização”.* (Accountability, 2018)

A Figura 2.2. ilustra os princípios de AccountAbility.

Figura 2.2. – Os Princípios da AccountAbility



Fonte: Princípios AA1000 da AccountAbility (2018)

Ayres et al. (2020) entendem que a materialidade é um instrumento estratégico para o negócio que, ao apresentar os aspetos mais importantes da sustentabilidade para as partes interessadas e seu efeito nas atividades das empresas, permite formular táticas de sustentabilidade alinhada às demandas dos stakeholders.

No contexto do relato integrado, a materialidade está representada nos temas que afetam de forma significativa a geração de valor no decorrer do tempo e que devem, portanto, ser divulgados (Ricci et al, 2021).

Entretanto, um dos principais desafios para a maioria das organizações relatoras é como identificar questões relevantes para relatórios de sustentabilidade e priorizar essas questões materiais de acordo com as necessidades das partes interessadas (Chao e al, 2013).

No que se refere aos padrões GRI, a materialidade, configurada como um princípio, deve envolver temas significativos que conduzam a duas dimensões: impactos económicos, ambientais e sociais ou que influenciem consideravelmente as avaliações e decisões das partes interessadas. A instituição fez alguns esclarecimentos em relação à materialidade quando da transição das diretrizes para os padrões:

- *“impacto refere-se ao efeito que uma organização tem na economia, no meio ambiente e/ou na sociedade, que por sua vez pode indicar sua*

contribuição (positiva ou negativa) para o desenvolvimento sustentável. Não se refere a um efeito sobre uma organização, como uma mudança em sua reputação;

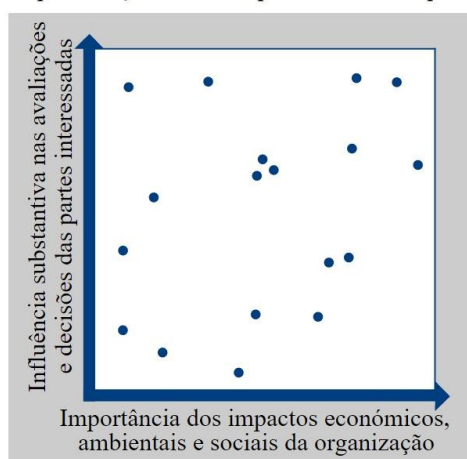
- *a organização é obrigada a identificar temas materiais considerando as duas dimensões do princípio: (1) a importância dos impactos econômicos, ambientais e sociais da organização - ou seja, sua importância para a economia, meio ambiente ou sociedade, de acordo com a definição de 'impacto' - e (2) sua influência substantiva nas avaliações e decisões das partes interessadas. Um tópico pode ser material se tiver uma classificação alta em apenas uma dimensão do princípio da materialidade". (GRI, 2016)*

Nesse cenário, a GRI sugere a Matriz de Materialidade com base nessas duas dimensões, explicando que o uso desta matriz exata não é necessário, porém, para aplicar o princípio da Materialidade, é necessário identificar os temas materiais com base nessas duas dimensões. (GRI, 2016).

A Figura 2.5. mostra uma sugestão de matriz de materialidade GRI (101).

Figura 2.6. – Sugestão de Matriz de Materialidade GRI

Representação visual da prioridade dos tópicos



Fonte: GRI 101 (2016)

Beske et al. (2018, 169) argumentam que “a matriz de materialidade é uma ferramenta típica para relatar a conformidade e a influência das visões das partes interessadas e da gestão em sustentabilidade e relatórios integrados”.

A GRI, em conjunto com o Pacto Global da ONU e o Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável⁸, criaram o Guia dos ODS⁹ para as empresas, documento que, além de promover o entendimento acerca do processo de construção e definição dos ODS, recomenda o alinhamento das metas internas das empresas aos ODS de forma a evidenciar seus impactos na cadeia de valor (alinhando-se, portanto, a materialidade) através de um trajeto a ser seguido e implementado na sua estratégia de negócios. (SDG, 2022)

Neste sentido a GRI criou o documento “Vinculando os ODS aos padrões GRI”, que possui uma lista das divulgações existentes nos seus padrões mapeados em relação aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, cuja versão atualizada de maio de 2022, já inclui a GRI 11 Setor de Petróleo e Gás 2021, (GRI, 2022).

Na avaliação delimitada pela Comissão Europeia, surge, em 2019, uma nova visão para a materialidade: a dupla materialidade, que nasce no intuito de incentivar as empresas a julgar a materialidade sob duas perspectivas, que são:

- *“percepção da performance e posição da empresa e a influência no seu valor;*
- *impacto ambiental e social das atividades na sua ampla rede de stakeholders”.* (Comissão Europeia, 2019, apud Adams et al, 2021).

Ferreira (2022, 30) analisando a materialidade e a dupla materialidade argumenta que a opção pela dupla materialidade poderá trazer mais complexidade para os padrões.

Entretanto a GRI (2021) já se manifestou a favor do entendimento da Comissão Europeia para a dupla materialidade, citando ainda como referência a definição do European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG), cuja dupla materialidade é vista sob os seguintes pontos: a materialidade financeira e a materialidade do impacto, na

⁸ Desenvolvido pela GRI, o Pacto Global da ONU e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o SDG Compass incorpora feedback recebido por meio de três períodos de consulta de empresas, agências governamentais, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil em todo o mundo. (<https://sdgcompass.org/>)

⁹ Em 2015 a ONU, através de seus estados-membros, aprovou a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, anunciando 17 objetivos a alcançar em 15 anos. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo universal para proteger o planeta e melhorar a vida e as perspectivas das pessoas em todo o mundo. “Combater as alterações climáticas e promover o desenvolvimento sustentável são duas faces da mesma moeda que se reforçam mutuamente; o desenvolvimento sustentável não será alcançado se não forem tomadas medidas contra as mudanças climáticas”

(<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/> e <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/development-agenda/>)

qual a do impacto envolveria questões de que são materiais em termos dos impactos das próprias operações da entidade e sua cadeia de valores, cujas bases são

- *“(i) a gravidade (escala, escopo e remediabilidade) e, quando apropriado, probabilidade de impactos negativos reais e potenciais sobre as pessoas e o meio ambiente*
- *(ii) a escala, o escopo e a probabilidade de impactos positivos reais sobre as pessoas e o meio ambiente relacionados às operações e cadeias de valor das empresas;*
- *(iii) a urgência derivada de objetivos de políticas públicas sociais ou ambientais e limites planetários” (EFRAG, 2021 apud GRI,2021)*

A proposta da nova diretiva da comissão europeia, também referencia a dupla materialidade e altera o artigo 19-A da Diretiva Contabilística, com a seguinte proposição de alteração:

- *“clarifica o princípio da dupla materialidade, eliminando qualquer ambiguidade quanto ao facto de as empresas deverem comunicar as informações necessárias para compreender de que forma as questões de sustentabilidade as afetam, bem como as informações necessárias para compreender o seu impacto nas pessoas e no ambiente”. (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021PC0189&from=FR>)*

3. METODOLOGIA

3.1. Objetivos e questões de investigação

A metodologia utilizada para a comparação entre as duas empresa é simultaneamente qualitativa e quantitativa, com uso da estatística descritiva. A estatística se emprenha na coleta, análise, interpretação e apresentação de dados, no intuito de obter conclusões válidas a partir destes dados. Na estatística descritiva tem-se técnicas analíticas onde os dados organizam-se em tabelas e gráficos, proporciona informações sobre medidas de tendência central e dispersão de dados, evidenciando, por exemplo, valores máximos e mínimos, média, mediana, variância e desvio de padrão. (Costa, 2011; Morais, 2005)

A comparação pode ser considerada inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais, com possibilidades de descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos ou normas e tipologias, identificar semelhanças e diferenças (Schneider e Schmitt, 1998).

Ao se colocar um problema a uma pesquisa, o passo seguinte será oferecer uma solução possível, através de uma proposição, que pode ser declarada verdadeira ou falsa. Esse caminho tem o nome de hipótese, que pode assumir várias características: algumas podem ser casuísticas, outras podem estabelecer relações entre variáveis ou relação de dependência entre variáveis (Gil, 2002).

Nesta pesquisa os pressupostos são:

- as empresas divulgam um conceito de materialidade nos relatórios não financeiros;
- os tópicos considerados materiais têm em consideração a opinião dos expressa pelos stakeholders;
- as empresas utilizam a matriz de materialidade;
- os tópicos materiais estão vinculados ao ESG.

Um procedimento científico é uma forma de progredir em direção a um objetivo e descreve os princípios fundamentais a pôr em prática num trabalho de investigação. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968), descrevem o procedimento como um processo que obedece a hierarquia epistemológica em três atos: rutura, construção e verificação (Quivy e Campenhoudt, 2005: 21). O primeiro ato, a rutura, consiste em romper com os “pré-conceitos”, as falsas evidências. O segundo, a construção, é a etapa

onde se pode erguer as proposições do fenómeno a estudar e prever o plano de pesquisa a definir, as operações a aplicar e as consequências esperadas. A verificação consiste na verificação dos factos: “uma proposição só tem direitos ao estatuto científico na medida em que pode ser verificada” (Quivy e Campenhoudt, 2005, 23).

Na etapa da construção, onde se erguem as proposições, alinham-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar diferenças e semelhanças da materialidade nos relatos não financeiros entre duas petrolíferas;
- Verificar se nestes relatos a materialidade é conceituada;
- Verificar se estas empresas questionam os *stakeholders* para determinação dos tópicos materiais;
- Verificar as características dos temas materiais;
- Verificar a evolução da divulgação da materialidade entre as duas empresas.

Por fim, a verificação. Na etapa para atingir os objetivos, o estudo focará em explorar e comparar a materialidade nas duas petrolíferas, através das informações de seus relatos não financeiros. Para isso, buscar-se-á responder às seguintes questões de investigação:

Q1) Onde e como a materialidade é divulgada?

Q2) Os relatos não financeiros apresentam uma definição de materialidade?

Q3) Existe informação acerca do procedimento de determinação dos temas considerados materiais?

Q4) Como são apresentadas as informações sobre materialidade?

Q5) Quais tópicos são considerados materiais?

Q6) Houve participação dos stakeholders na formação materialidade, no que se refere á auscultação e forma de participação?

Q7) Qual o grau de divulgação da materialidade?

Estas questões basearam-se nos estudos de Vara (2020) e Weitzel (2022), que analisaram a materialidade financeira e a dupla materialidade, respetivamente.

3.2. Variáveis a analisar

A fim de responder às questões de investigação anunciadas, foram consideradas na base de dados as seguintes variáveis:

- *Localização* (Q1, os relatos integrado e ou de sustentabilidade dedicam um capítulo específico à materialidade ou ela encontra-se dispersa com outros temas);
- *Volume de informação* (Q1, número de páginas contendo informação sobre materialidade);
- *Citação* (Q1, número de vezes em que a palavra materialidade aparece mencionada);
- *Definição* (Q2, se é apresentada uma definição de materialidade e, em caso afirmativo, qual é a definição);
- *Determinação* (Q3, se é informado como são determinados os temas materiais);
- *Apresentação* (Q4, se a materialidade é apresentada como uma listagem, um parágrafo, ou estruturada numa matriz);
- *Tópicos materiais*, (Q5, identificam-se os tópicos não financeiros que são considerados materiais para as empresas analisadas);
- *Participação dos stakeholders na formação da materialidade*, (Q6, se informa a quantidade de stakeholders na sua formação e como ocorre sua participação);
- *Índice de Divulgação* (Q7, será usado o Índice de Divulgação da Materialidade - IDM - a fim de avaliar as características da divulgação da materialidade).

Para avaliar a divulgação da Materialidade (Q7), constrói-se um índice de Divulgação de Materialidade (IDM), baseado em sete variáveis que permitem caracterizar a materialidade que foram analisadas nas perguntas de investigação anteriores.

As sete variáveis D_n incluídas no IDM são D_1 Definição de materialidade; D_2 Determinação da materialidade; D_3 Apresentação de Matriz de Materialidade, D_4 Quantificação da auscultação dos stakeholders, D_5 Identificação dos stakeholders; D_6 Quantidade de temas materiais, em relação a média de cada empresa; D_7 Dedicção de Capítulo exclusivo à materialidade. O índice de divulgação de informação sobre a dupla materialidade relativo à empresa i e ao período j , IDM_{ij} é calculado para cada par empresa-período do modo seguinte:

$$IDM_{ij} = \left(\sum_{n=1}^{n=7} D_{nij} \right) \div 7 \quad [1]$$

onde i se refere a GALP ou PETROBRAS), e j varia entre 2012 e 2021.

O índice assume valores que variam entre 0, se não houver nenhuma divulgação, e 1 quando existir a divulgação plena de todas as variáveis. Por sua vez, as variáveis D_n são todas elas dicotômicas, assumindo cada uma delas o valor 0 quando não existir divulgação e 1 no caso contrário (salvo na variável D_6 , onde se assume 0 quando o valor estiver abaixo da média e 1, quando se apresentar acima da média.

3.3. Fonte de dados e período de análise

O período de análise cobre os 10 anos mais recentes em que existe informação publicada à data da escrita desta dissertação, cobrindo, assim, o período 2012-2021.

Recolhe-se os dados de 20 relatos dessas empresas, quer dos relatos integrados, quer dos relatos de sustentabilidade. Importa salientar que foram analisados simultaneamente relatos integrados e de sustentabilidade e que, quando da análise do relato integrado, sendo este um relato híbrido, a informação acerca da materialidade não representa diferença na sua abordagem em relação ao relatório de sustentabilidade.

A recolha de dados, por vezes, tornou-se dificultosa pela falta de harmonização na divulgação e até mesmo sua falta no website, como ocorreu com no relatório de 2015 da PETROBRAS, que não constava na central de downloads do investidor, onde estão disponibilizados estes documentos. Foi enviado um email para a ouvidoria da PETROBRAS que respondeu a esta demanda com um link e aviso de retificação no site.

3.4. Dois casos: GALP e PETROBRAS

A pesquisa será limitada às empresas do setor de petróleo e derivados e energia, que operam em Portugal e no Brasil. A população alvo da pesquisa são as empresas de petróleo e gás que publicam relatórios não financeiros e que são objeto de auditoria externa. Será feito um estudo comparativo da materialidade nas empresas petrolíferas, GALP e PETROBRAS, baseado nos objetivos, perguntas e hipóteses.

GALP

Com sede em Lisboa a GALP foi constituída em 1999. Na época sob a denominação de GALP-Petróleo e Gás de Portugal, pertencia ao Estado, mas foi privatizada em 2006, onde começou a oferta pública de ações em bolsa. A empresa opera em toda a cadeia do petróleo, gás natural, refinação e distribuição de produtos petrolíferos, distribuição e venda de gás natural e geração de energia elétrica, com atuação em onze países: Portugal, Espanha, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Namíbia, Reino de Eswatini e Timor-Leste. Atualmente o grupo é dividido em quatro subgrupos: GALP Energia E&P BV e respetivas subsidiárias, desenvolvem a sua atividade na exploração e produção de petróleo, gás e biocombustíveis; Petrogal, S.A. e subsidiárias, desenvolvem as suas atividades as áreas de marketing de petróleo e derivados, gás natural, eletricidade e mobilidade elétrica, refinação de crude, biocombustíveis, cadeias de valor de baterias e hidrogénio; GALP New Energies, S.A. e subsidiárias, desenvolvem as suas atividades no setor das energias renováveis e novos negócios; GALP Energia, S.A., integra os serviços corporativos. (GALP 2021, Organização)

PETROBRAS

Com mais de 49.000 empregados, a PETROBRAS S/A., fundada em 1953, atualmente é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo governo brasileiro, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Suas ações são negociadas no Brasil, na B3 e nos Estados Unidos, na NYSE. Conforme seu Estatuto Social, a empresa tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, além de atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlacionadas ou afins. Entre os seus maiores investimentos societários a empresa conta com quinze empresas, onde participa, direta ou indiretamente, com mais de 50% do capital votante, destacando-se, entres elas: Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), PETROBRAS Biocombustível, Araucária Nitrogenados S/A, Baixada Santista Energia S/A, Transpetro, Gás Brasileiro Distribuidora. Atuando sozinha ou em parcerias, a empresa está presente na América do Sul, nos países Brasil, Bolívia e Colômbia. No Chile e Paraguuaia apenas com licenciamento de marca, após seu projeto de desinvestimentos. Na América do Norte, atua nos Estados Unidos desde 1987, com exploração e produção de óleo e gás. Na Europa, com holdings na Holanda e no Reino Unido atua desde 2001 através da PETROBRAS Europe Ltda, empresa responsável pelo mercado europeu e africano dando suporte na comercialização “de petróleo, produtos claros,

produtos escuros, gás natural, derivativos, 'shipping' e operação de navios". Na Ásia, possui um escritório em Singapura que dá suporte nas suas atividades comerciais de petróleo e derivados na China, Índia, Sudoeste da Ásia e Oriente Médio. (Transparência PETROBRAS/Investidor PETROBRAS,2021)

Foram analisados 20 relatórios não financeiros, sendo dez de cada empresa. A maioria destes são relatórios de sustentabilidade e quando não, o relato integrado que, em sua composição agrega o de sustentabilidade, tendo, portanto, o padrão GRI como principal base de referência para as análises, mesmo que as empresas sigam vários outros em conjunto com o GRI.

Os relatórios foram obtidos a partir dos sítios web das empresas para coleta dos dados (no Anexo 2, estão indicados os endereços web, fonte de dados onde se encontrou cada um dos relatórios analisados). Posteriormente foi coletado, de 2012 a 2021 todos os tópicos considerados materiais nos respectivos relatos, assim como todos os ODS materiais, digitados em uma tabela no Word. Para os demais dados, foi feita a recolha e foram inseridos numa folha de cálculo (Excel), considerando cada par empresa-ano em linhas separadas e as variáveis sob análise em colunas, cobrindo todos os dados que permitem responder às perguntas de investigação. A análise de dados não financeiros exige uma leitura acurada dos dados, o que dificulta a recolha, além do possível enviesamento, e menor objetividade, quando comparado com dados financeiros.

4. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1. Onde e como a materialidade é divulgada (Q1)

Conforme consta nas variáveis essa pergunta se desdobra em:

- *Localização* (Q1, os relatos integrado e ou de sustentabilidade dedicam um capítulo específico à materialidade ou ela encontra-se dispersa com outros temas);
- *Volume de informação* (Q1, número de páginas contendo informação sobre materialidade);
- *Citação* (Q1, número de vezes em que a palavra materialidade aparece mencionada);

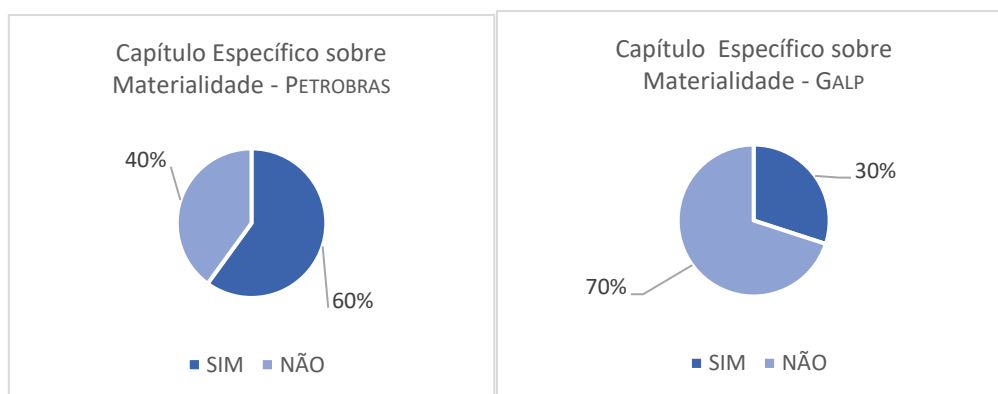
Quanto à localização, os relatos dedicam um capítulo específico à materialidade ou ela encontra-se dispersa com outros temas. Ambas as empresas reportam a Materialidade no início do Relatório, seja ele o Integrado ou de Sustentabilidade. A GALP dedicou um capítulo à materialidade em 30% dos relatos e nos demais estava destacado em subcapítulo.

A PETROBRAS apresenta um rácio maior, dedicando um capítulo à Materialidade em 60% de seus relatórios publicados.

Os Gráficos 4.1. e 4.2. mostram a localização da materialidade na PETROBRAS e na GALP, respetivamente.

Gráfico 4.1. – Localização da materialidade na PETROBRAS

Gráfico 4.2. – Localização da materialidade na GALP



Quanto ao volume de informação (número de páginas contendo informações sobre a materialidade), para servir de referências em relação ao volume de informações exclusivas da materialidade, faz-se necessário ter como base o volume de páginas totais dos relatos ao longo dos anos em estudo, conforme apresentado na Tabela 4.1.

Tabela 4.1. – Volume páginas total dos relatos e exclusivas sobre materialidade

ANO/EMPRESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
GALP	106	81	106	165	381	369	328	130	142	149	1957
MATERIALIDADE											
GALP	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	18
PETROBRAS	192	73	81	82	112	135	131	279	347	297	1729
MATERIALIDADE											
PETROBRAS	1,5	1	1	0,5	1	1	1	2	8	3	20

As médias e as medianas do volume total são respectivamente:

GALP:

PETROBRAS:

Me= 195,7

Me= 172,9

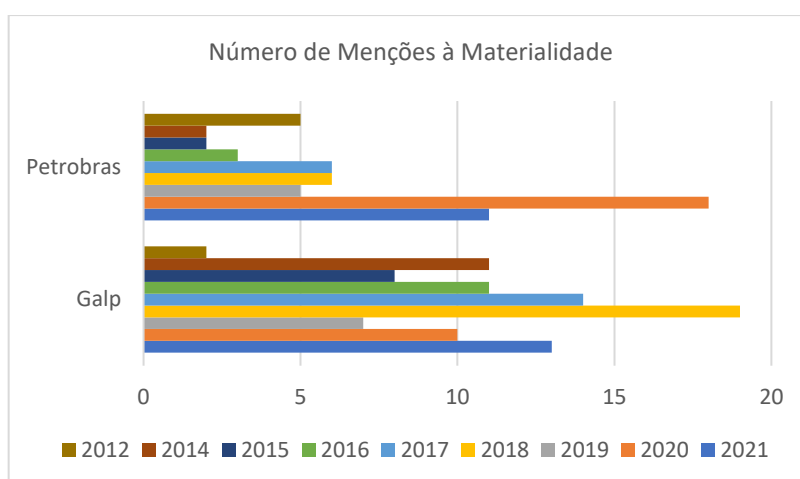
Md= 145,5

Md= 133

No que se refere à pergunta da pesquisa, observa-se um pequeno número de páginas em relação ao volume total, médias e medianas dos relatos. A GALP totaliza 18 páginas e a PETROBRAS 20, no total dos anos analisados. A média anual é 1,8 páginas para a GALP e 2 páginas para a PETROBRAS. As medianas não se distanciam das médias, ficando em duas páginas para a GALP e uma página para a PETROBRAS.

No que diz respeito à frequência da citação, número de vezes em que a palavra materialidade aparece mencionada, a GALP, nos 10 anos analisados, faz 105 menções à materialidade, contra 61 da PETROBRAS. O relato em que a materialidade é mais mencionada, na GALP, é o Relato Integrado de 2018 onde ela é citada 19 vezes. Na PETROBRAS, apenas nos dois últimos relatos, alcança duas casas decimais. O Gráfico 4.3. mostra esses dados durante o período em análise.

Gráfico 4.3. – Menção à materialidade (2012-2021)



4.2. Os relatos não financeiros apresentam uma definição de materialidade (Q2)

Definição (Q2, se é dada uma definição para materialidade)

Para essa questão foi utilizado o esquema binário, sem ponderação, atribuindo zero para os anos em que não há definição e 1 para o ano em que há definição de materialidade, apresentando-se os resultados, na Tabela 4.2. cujas definições respectivas encontram-se no Anexo 1.

Tabela 4.2. – Se os relatos apresentam ou não definições de materialidade

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GALP	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
PETROBRAS	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1

A GALP apresenta definições de materialidade desde 2014 nos seus relatos, enquanto a PETROBRAS somente a partir de 2016, aparecendo, portanto, em 80% dos relatos da GALP contra 60% na PETROBRAS.

No Anexo 1, constam as definições de materialidade apresentadas pelas duas empresas analisadas. Na Tabela 4.3. figuram as definições do ano de relato mais recente, refletindo o conceito de materialidade adotado pelas empresas na atualidade.

Tabela 4.3. – Definições recentes de materialidade

	GALP	PETROBRAS
2021	<p><i>Os resultados da análise de materialidade são fundamentais para o desenvolvimento da estratégia, permitindo à GALP concentrar-se nos tópicos mais relevantes para o seu negócio e para os seus stakeholders.</i></p> <p><i>A GALP estabeleceu objetivos e metas para cada um dos principais aspetos materiais, cujo progresso é monitorizado e reportado no domínio público.</i></p>	<p><i>Os temas selecionados foram os que refletem impactos significativos, sejam estes ambientais, sociais ou económicos, ou tópicos que influenciam a avaliação e as decisões dos stakeholders, seja por meio de nossas próprias atividades, produtos e serviços ou como resultado de nossas relações de negócios com outras entidades</i></p>

4.3. Informação acerca do procedimento de determinação dos temas considerados materiais (Q3)

A PETROBRAS informa sobre o procedimento de formação dos temas materiais em todos os anos analisados. Na GALP, apenas no relato de 2012, não consta tal informação. Em todos os processos de determinação, ambas as empresas mencionam os seus stakeholders. A identificação destes stakeholders é evidenciada em 100% os relatos da PETROBRAS, contra 50% da GALP onde estão presentes nos anos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2019.

Os dados referentes à formação dos temas, empresa de auditoria e identificação dos stakeholders nos anos em análise encontram-se no anexo 4. Segue abaixo o procedimento das duas empresas referente ao Relato Integrado GALP 2021 e Relatório de Sustentabilidade da PETROBRAS 2021, último ano analisado:

GALP:

“A análise de materialidade inclui quatro etapas principais. • Identificar os temas: analisa fontes externas e internas para identificar tópicos relevantes. • Determinar a relevância: realiza uma consulta aos stakeholders a fim de conhecer as suas principais expectativas relativamente ao desempenho da Empresa e às suas perspetivas acerca da relevância de cada tema. • Determinar o impacto: realiza uma avaliação interna com o top management de forma a assegurar o alinhamento dos temas materiais com os valores, políticas e compromissos da Empresa. • Validar os temas materiais: os temas são priorizados de acordo com a sua relevância e impacto (de uma perspetiva interna e externa).”

PETROBRAS:

“Aprovada por nossa Diretoria Executiva em 2020, nossa matriz de materialidade foi desenvolvida a partir dos temas que mais impactam nossos negócios, tomando como referência nossos públicos de interesse. Nossa materialidade foi revisada de acordo com os Princípios de Relato da Norma da GRI (Global Reporting Initiative Standards) e objetivou: compreender nossos impactos, riscos e oportunidades em relação aos temas; aprimorar a visão de sobre como a empresa gera valor; aumentar a transparência, comunicando mais amplamente os temas mais relevantes para nossos

stakeholders, para uma melhor avaliação quanto ao nosso desempenho; e avaliar se, a partir de mudanças no contexto do período, houve alterações nos temas materiais.”

4.4. Como são apresentadas as informações sobre materialidade (Q4)

Quanto ao formato de apresentação dos tópicos de materialidade nas duas empresas analisadas e ao longo dos anos em análise, os tópicos materiais são apresentados no formato de listagem (L) estruturados numa matriz (M). A Tabela 4.4. mostra a evolução do formato de apresentação das informações sobre materialidade ao longo dos anos analisados.

Tabela 4.4. – Apresentação dos tópicos materiais

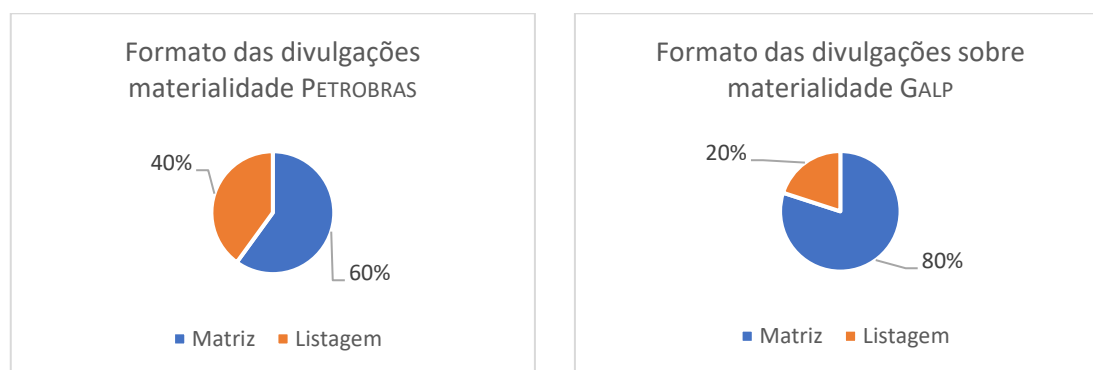
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GALP	L	M	M	M	M	M	M	M	M	L
PETROBRAS	M	L	L	L	L	M	M	M	M	M

Legenda: L – Lista; M – Matriz

Nos Gráficos 4.4. e 4.5. figuram os dados relativos (proporções) do formato de divulgação dos temas considerados materiais.

Gráfico 4.4. – Formato das divulgações dos temas materiais na PETROBRAS

Gráfico 4.5. – Formato das divulgações dos temas materiais na GALP



Ao optar por matriz bivariada (com dois eixos) sugerida nos moldes da GRI, a informação é mais rica pois a identificação graduada para os stakeholders e para a empresa fica mais compreensível.

Os exemplos de Matriz de Materialidade apresentados nas Figuras 4 a 7 mostram que não existe uniformidade na forma de apresentação, nem nas escalas de medida adotadas.

Figura 7.4. – Matriz de Materialidade da GALP em 2018



Fonte: Relato Integrado de GALP (2018).

Figura 4.8. – Matriz de Materialidade GALP 2020

Matriz de materialidade

A matriz de materialidade resulta da priorização dos aspetos mais relevantes do ponto de vista dos stakeholders chave (externa) e da Empresa (interna). Para estes temas, a Galp tem estabelecidos objetivos e metas, cujo progresso monitoriza, nomeadamente através do seu Plano Estratégico de Sustentabilidade.



Fonte: Relato Integrado da GALP (2020).

Figura 4.9. – Matriz de Materialidade da PETROBRAS em 2018



Fonte: Relato Integrado da PETROBRAS (2018).

Figura 4.7 – Matriz de Materialidade PETROBRAS em 2020



Fonte: Relatório de Sustentabilidade da PETROBRAS (2020).

Quando as empresas fazem uma listagem dos tópicos elas levam em consideração os mesmos aspectos da matriz, como pode ser observado na determinação da materialidade. Entretanto, na construção da matriz a graduação da relevância fica

evidente, ratificando-se o que pontua Ayres et al (2020, 83) ao afirmar que a Matriz de Materialidade é um importante recurso para a estratégia de sustentabilidade, uma vez que identifica as dimensões económicas, ambientais e sociais da sustentabilidade, relevantes para as empresas e seus stakeholders.

4.5. Tópicos considerados materiais (Q5)

A Tabela 4.5. mostra a evolução do número total de tópicos materiais por empresa analisada, de 2012 a 2021.

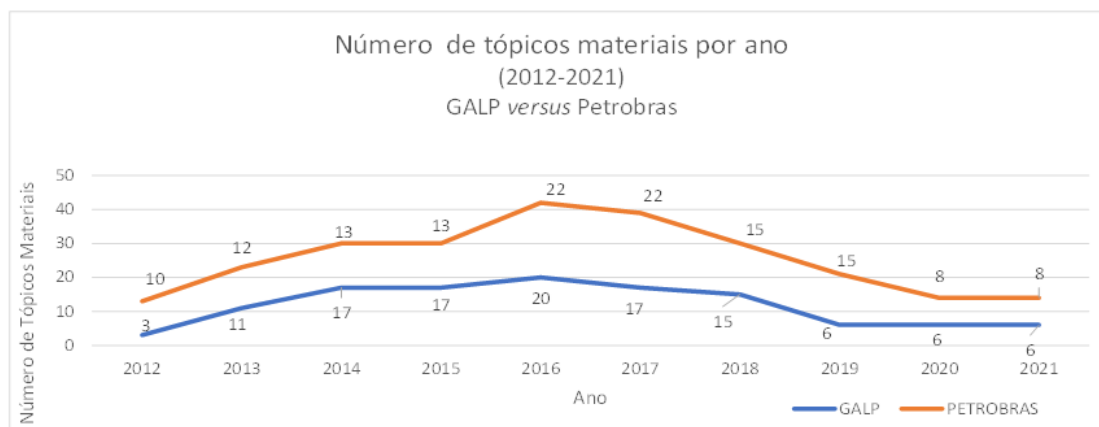
Tabela 4.5. – Número total de tópicos materiais por empresa

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
GALP	3	11	17	17	20	17	15	6	6	6	118
PETROBRAS	10	12	13	13	22	22	15	15	8	8	138

GALP: 118 PETROBRAS: 138

O Gráfico 4.6. exhibe a evolução temporal da quantidade de tópicos materiais GALP e PETROBRAS

Gráfico 4.6. – Evolução temporal da quantidade de tópicos materiais GALP e PETROBRAS



A lista de tópicos de todos os relatórios analisados é apresentada no Anexo 3 e observa-se que estão estritamente ligados, em ambas as empresas e nos dois tipos de relatos (Integrado e de Sustentabilidade), com temas do ESG, como por exemplo, direitos humanos, gestão sustentável, ética, transparência, compliance, e tantos outros.

A semelhança dos temas em ambos os relatos, leva a concordar com a pesquisa de Ricci et al. (2021) sobre a construção da materialidade em relato integrado, quando concluem que os princípios para a construção dos temas materiais do IIRC e da Global Report International (GRI) são similares, sendo necessários investimentos para que a empresa consiga incorporar o pensamento integrado em suas ações, no médio a longo prazo.

A PETROBRAS apresentou uma maior quantidade de tópicos materiais, com valores máximos em 2016 e 2017. A GALP teve uma maior quantidade de tópicos em 2016. É possível observar que nos últimos três anos houve uma redução significativa na quantidade de tópicos nos relatos da GALP e nos últimos dois anos nos relatos da PETROBRAS. Entretanto, essa redução parece não implicar no compromisso das empresas em divulgar esses tópicos, visto que se tornaram apenas mais abrangentes, como por exemplo, quando em 2017 e 2018 a GALP apresentava os tópicos “biodiversidade e ecossistemas”, “eficiência energética das operações, produtos e serviços”, “gestão sustentável da cadeia de valor”, “utilização sustentável dos recursos”. No triênio 2019-2021, quando diminuiu a quantidade dos tópicos, temos um tópico abrangente que pode englobar os citados acima, denominado “Portefólio energético sustentável”.

Em 2015 a PETROBRAS incluiu nos seus temas materiais “Mecanismos Anticorrupção” devido ao escândalo de branqueamento de capital envolvendo a empresa, investigado pelo Polícia Federal do Brasil, iniciado em 2014, denominado Operação Lava Jato.¹⁰

A Tabela 4.6. mostra os tópicos que foram considerados materiais pela GALP no período 2012-2021 e a Tabela 4.7. os tópicos que a PETROBRAS considerou materiais no mesmo período.

¹⁰ “A Operação Lava Jato, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro, teve início em março de 2014. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país.(...) O Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras. Empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos.(...) A Petrobras (vítima) encaminhou grande volume de informações demandadas pelo Ministério Público. Também se uniram ao trabalho de investigação e responsabilização dos criminosos, sob a coordenação do Ministério Público Federal: Inteligência da Receita Federal, Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Controladoria Geral da União (CGU) e o Departamento de Recuperação de Ativos e de Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça”. (<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>)

Tabela 4.6. – Tópicos materiais na GALP (2012-2021)

2012	2013	2014-2015	2016	2017-2018	2019-2021
Business cases, projetos e ações	Alterações climáticas	Cadeia de valor e direitos humanos	Atração de talento e desenvolvimento de capital humano	Atração e retenção de talentos	Atração e retenção de talentos
Definição e acompanhamento de KPI	Capital humano	Comunidades locais	Biodiversidade e ecossistemas	Biodiversidade e ecossistemas	Desenvolvimento do Capital humano
Estabelecimento de objetivos e metas	Diversificação do portefólio de atividades	Condições e práticas laborais	Combate à corrupção	Corporate governance	Direitos humanos
	Eficiência energética	Energia e alterações climáticas	Condições e práticas laborais	Desenvolvimento da comunidade local Inovação e tecnologia	Ética empresarial
	Gestão de risco e crise	Envolvimento com stakeholders	Corporate governance	Inovação tecnológica e digitalização	Portefólio energético sustentável
	Governo e sociedade	Formação e desenvolvimento de carreiras	Direitos humanos	Diálogo e envolvimento com as partes interessadas	Segurança
	Prevenção de acidentes e derrame	Gestão de riscos	Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação	Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação	
	Qualidade dos produtos/serviços	Governance, ética, transparência e conformidade	Diversificação de portefólio	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
	Relacionamento com fornecedores;	Higiene, saúde e segurança no trabalho	Ecoeficiência operacional	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
	Relacionamento com o cliente;	Impactos de produtos, serviços e colaboradores	Energias renováveis	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
	Saúde e Segurança;	Inovação e diversificação de portefólio	Envolvimento com stakeholders	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
		Matérias-primas utilizadas	Envolvimento e impacto nas comunidades locais	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
		Recursos hídricos	Ética, transparência e conformidade	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
		Reparação e resposta a emergências	Gestão do risco	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
		Reservas e produção de hidrocarbonetos	Gestão sustentável da cadeia de fornecedores	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
		Resíduos e águas residuais	Inovação	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
		Segurança de processo e derrames	Recursos hídricos	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
			Satisfação e orientação para o cliente	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
			Saúde e segurança no trabalho	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	
			Segurança de processo e resposta à emergência	Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima	

Tabela 4.7. – Tópicos materiais na PETROBRAS (2012-2021)

2012	2013	2014	2015
Diálogo e engajamento com comunidades;	Biodiversidade.	Biodiversidade	Comunicação e relacionamento com públicos de interesse
Diversificação de fontes energéticas.	Eficiência energética e de processos		Conformidade com leis e regulamentos
Gestão de riscos;	Gestão de efluentes e resíduos	Gestão de efluentes e resíduos	Eficiência energética;
Gestão, política e viabilização do pré-sal;	Gestão de emissão de gases de efeito estufa		
Mecanismos anticorrupção;	Gestão de impacto nas comunidades	Gestão de impacto nas comunidades	
Mudanças do clima e emissões de gases do efeito estufa;	Impactos econômicos	Impactos econômicos	
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico;	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Emissões atmosféricas e estratégia climática
Prevenção de acidentes e vazamentos, planos de emergência e mitigação de impactos;	Prevenção de acidentes e vazamentos;	Prevenção de acidentes e vazamentos	Estratégia de negócio a longo prazo
Saúde e segurança dos trabalhadores;	Segurança e saúde dos trabalhadores		Ética nos negócios, incluindo prevenção e combate à corrupção
Transparência na comunicação com os públicos de interesse;	Transparência e prestação de contas;		Gerenciamentos de produtos e serviços e seus impactos relacionados
	Uso de recursos naturais e consumo de materiais;		Gestão da cadeia de fornecedores
	Viabilização dos negócios em longo prazo;		Gestão de emissão de gases de efeito estufa;
			Gestão de resíduos e afluentes
			Mecanismos anticorrupção.
			Presença no mercado e práticas de compra
			Prevenção de vazamento e remediação
			Recursos hídricos
		Transparência e prestação de contas	Relações trabalhistas e práticas sindicais
		Uso de recursos naturais e consumo de materiais	Segurança e saúde dos trabalhadores;
		Viabilização dos negócios em longo prazo	
			Segurança, saúde e qualidade de vida

2016-2017	2018-2019	2020-2021
Comunicação e relacionamento com públicos de interesse Conformidade, ética, prevenção e combate à corrupção Desalavancagem financeira Desenvolvimento do pré sal Eficiência Capex Eficiência operacional e redução de custos Emissões atmosféricas e estratégia climática Estratégia de negócios Gestão de Fornecedores Gestão de recursos críticos Gestão de riscos Governança Impacto do preço do petróleo e taxa de câmbio Marcos regulatórios e política de conteúdo local Operação Lava Jato Parcerias e desinvestimentos Perda do grau de investimento Pesquisa, desenvolvimento e inovação Política de preços Reposição de reservas Segurança e compromisso com a vida Negociação de cessão onerosa - só existe em 2017 Renegociação de cessão onerosa - só existe em 2016	Ambiente regulatório, abertura, mercado e concorrência; Conformidade, ética nos negócios e combate à corrupção; Efetividade da curva de produção; Eficiência operacional e de investimentos Estratégia financeira Estratégias de portfólio Gestão de fornecedores Governança corporativa Preços dos derivados; Prevenção de acidentes e vazamentos; Qualidade do produto e relacionamento com o cliente Questões político-econômicas; Relacionamento com públicos de interesse Reposição de reservas; Segurança e compromisso com a vida	Ambiente regulatório, abertura de mercado e concorrência Comunicação ativa e transparente Ética nos negócios e combate à corrupção Impactos socioeconômicos Prevenção de acidentes e vazamento Resiliência climática e transição para economia de baixo carbono Resiliência econômico-financeira Segurança e compromisso com a vida

4.6 Participação dos stakeholders na formação da materialidade, no que se refere à auscultação e forma de abordagem (Q6)

Nota-se que nos anos mais recentes, nas duas empresas analisadas nada se dizia acerca de quantidade de stakeholders auscultados, contrariamente ao que acontecia nos relatos mais antigos: quatro anos quantificando as auscultações, até 2015 na GALP e nos três primeiros anos na PETROBRAS, não tendo sido encontrado nos relatos posteriores, justificativas para tais omissões. A Tabela 4.8 apresenta a quantificação da participação dos stakeholders.

Tabela 4.8. – Quantificação da participação dos stakeholders

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GALP	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N
PETROBRAS	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N

Legenda: S – Sim; N – Não

Com exceção do ano 2012 para a GALP, em todos os outros anos analisados as empresas fazem alguma menção aos stakeholders no que se refere à forma como são abordados pela empresa com vista à formação dos tópicos materiais, conforme Tabela 4.9.

Tabela 4.9. – Forma de abordagem aos stakeholders nas duas empresas

Ano	Petrobras	Galp
2012	<i>Reuniões e entrevistas com nossos públicos de interesses</i>	-
2013	<i>Reuniões e entrevistas com nossos públicos de interesses</i>	<i>Auscultação de stakeholders</i>
2014	<i>Consulta aos nossos públicos de interesses</i>	<i>Auscultação dos stakeholders</i>
2015	<i>Expectativas de nossos públicos de interesses</i>	<i>Auscultação dos stakeholders</i>
2016	<i>Expectativas e relevância de públicos de interesse</i>	<i>Auscultação dos stakeholders</i>
2017	<i>Relevância para os públicos de interesses</i>	<i>Aspetos mais relevantes para os nossos stakeholders</i>
2018	<i>Relevância para os públicos de interesses</i>	<i>Auscultação de stakeholders</i>
2019	<i>Referência nos públicos de interesses</i>	<i>Auscultação de stakeholders</i>
2020	<i>Categorias de stakeholders relevantes</i>	<i>Auscultação de stakeholders</i>
2021	<i>Relevância para os stakeholders</i>	<i>Consulta aos stakeholders</i>

A Tabela 4.10. permite verificar que a GALP menciona a auscultação em 77% dos relatos, com diferenças nos anos 2017 e 2021, em que relata como “aspetos mais relevantes para nossos stakeholders” e “consulta aos nossos stakeholders”.

Tabela 4.10. – Forma de abordagem aos stakeholders na GALP

Ano	GALP
2013-2016	<i>Auscultação dos stakeholders</i>
2017	<i>Aspetos mais relevantes para os nossos stakeholders</i>
2018-2020	<i>Auscultação de stakeholders</i>
2021	<i>Consulta aos stakeholders</i>

A PETROBRAS, entretanto, não segue um padrão de abordagem como a GALP, com menções que se diversificam no período em análise, utilizando palavras como: reuniões,

entrevistas, consultas, expectativas, relevância e referência. A Tabela 4.11. resume estas observações.

Tabela 4.11. – Forma de abordagem aos stakeholders na PETROBRAS

Ano	PETROBRAS
2012-2013	<i>Reuniões e entrevistas com nossos públicos de interesses</i>
2014	<i>Consulta aos nossos públicos de interesses</i>
2015-2016	<i>Expectativas de nossos públicos de interesses</i>
2017-2018	<i>Relevância para os públicos de interesses</i>
2019	<i>Referência nos públicos de interesses</i>
2020	<i>Categorias de stakeholders relevantes</i>
2021	<i>Relevância para os stakeholders</i>

4.7. Índice de Divulgação de Materialidade (Q7)

No Índice de Divulgação da Materialidade (IDM) foram tidas em linha de conta as sete variáveis seguintes:

D₁ Definição; *D₂* Determinação da materialidade; *D₃* Apresentação de Matriz de Materialidade, *D₄* Quantificação da auscultação dos *stakeholders*, *D₅* Identificação dos *stakeholders*; *D₆* Quantidade de temas materiais, em relação a média de cada empresa; *D₇* Dedicção de Capítulo Exclusivo à materialidade. As variáveis do índice são dicotômicas e assumem valores entre 0 e 1. Por sua vez, o IDM assume valores que variam entre zero e um (zero se não houver nenhuma divulgação). A Tabela 4.12. exhibe o IDM da GALP e o IDM da PETROBRAS, mostrando a respetiva evolução temporal ao longo do período 2012-2021.

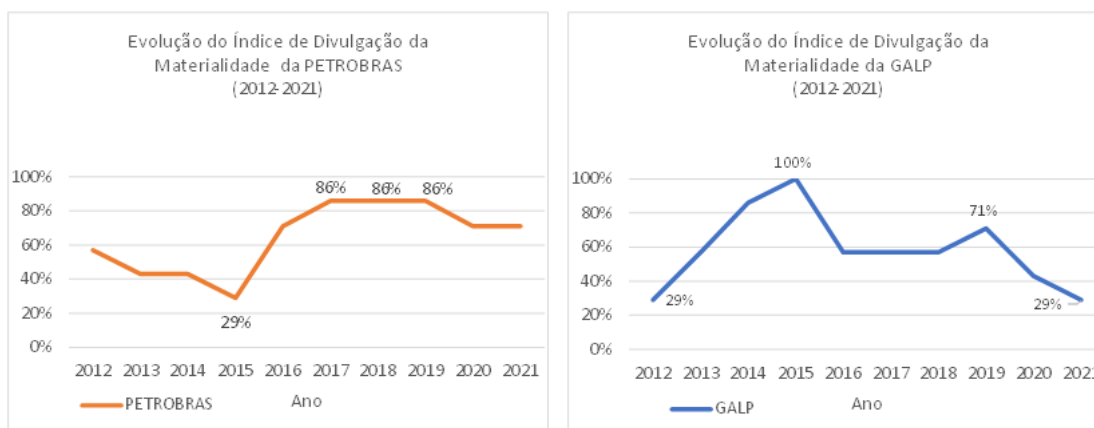
Tabela 4.12. – Índice de divulgação da materialidade

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GALP	29%	57%	86%	100%	57%	57%	57%	71%	43%	29%
PETROBRAS	57%	43%	43%	29%	71%	86%	86%	86%	71%	71%

Nos Gráficos 4.7 e 4.8. pode ver-se a evolução dos Índices de Divulgação da Materialidade das duas empresas analisadas.

Gráfico 4.7. – Evolução do Índice de Divulgação da Materialidade na PETROBRAS

Gráfico 4.8. – Evolução do Índice de Divulgação da Materialidade na GALP



Nota-se que a Evolução da divulgação da Materialidade apresenta-se melhor na PETROBRAS, pois manteve uma certa linearidade nos últimos cinco anos, com 86% no triênio 2017-2019 e 71% nos dois últimos anos analisados, 2020-2021.

A GALP, começou com um índice baixo em 2012, de 29%, chegou a um patamar nunca alcançado pela PETROBRAS, dentro do período analisado, atingindo 100% no índice em 2015, mas no último triênio esse índice foi gradativamente caindo, e voltou a apresentar em 2021, o mesmo patamar de 2012, de 29%. Na Tabela 4.13. figuram medidas de estatística descritiva da variável IDM, calculadas para as amostras da GALP e da PETROBRAS.

Tabela 4.13. – Dados estatísticos do índice de divulgação de materialidade

	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Intervalo variação
GALP	58.6%	57%	100%	29%	71%
PETROBRAS	64.3%	71%	86%	29%	57%

5. CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo geral o estudo comparado da materialidade nos relatos não financeiros das empresas GALP e PETROBRAS, compreendendo o período 2012-2021. O objetivo foi descrever como as duas empresas divulgam a materialidade não financeira, a dupla materialidade, identificar as diferenças e semelhanças nos respectivos relatos, verificar se nestes relatos a materialidade é conceituada, bem como se estas empresas questionam os stakeholders para a determinação dos tópicos materiais e, por fim, analisar a evolução do índice de divulgação da materialidade nestas duas empresas.

Pôde-se observar nos relatos que ambas se dedicam pouco à materialidade, no quesito volume total das informações, considerando que tanto o Relato Integrado quanto o de Sustentabilidade são demasiado extensos, (com uma média de 196 páginas para a GALP e 173 para a PETROBRAS, as mesmas dedicam, em média, 2 páginas à materialidade para explicar o que é materialidade, definir os tópicos materiais, informar a participação dos respectivos stakeholders na determinação desses tópicos,) dando a aparentar que fazem o mínimo das exigências que estão a seguir.

Em relação à definição de materialidade a GALP apresenta definições de materialidade desde 2014 nos seus relatos, enquanto a PETROBRAS somente a partir de 2016, aparecendo, portanto, em 80% dos relatos da GALP contra 60% na PETROBRAS. Porém, tais definições mostram-se pouco claras e sem objetividade, corroborando o posicionamento da literatura quanto à subjetividade do tema.

“A subjetividade do conceito de materialidade resulta da sua componente qualitativa. Esta subjetividade influencia a sua aplicabilidade prática quer do ponto de vista dos preparadores quer de outros profissionais que utilizam o conceito, como os auditores” (Coelho, 2016).

A falta de clareza na definição, reunida com a falta de linearidade da participação dos stakeholders no processo de definição da materialidade, levam a crer que seja devido a quantidade de organizações definidoras de normas que os relatos seguem, pois mesmo que eles tenham seus próprios frameworks, seguem outras referências, como exemplificado abaixo, numa transcrição do Relato da GALP, de 2017

“A identificação dos aspetos relevantes é realizada através de um processo abrangente de análise de materialidade, e revisto de forma

sistemática, usando como referência a Global Reporting Initiative e o 5-Part Materiality Test, proposto pela AccountAbility, pelo United Nations Environment Programme e pela Stakeholder Research Associates.” (Relato Integrado GALP, 2017, 20)

A GALP apresenta uma Matriz de Materialidade na maior parte dos anos relatos, perfazendo 80%, contra 60% da PETROBRAS. A utilização das Matrizes de Materialidade constitui uma importante ferramenta na clareza da informação para os stakeholders devido ao fato de graduar a importância dos temas.

No que se refere aos tópicos estes estão, em sua quase totalidade, intrinsecamente vinculados ao ESG em todos os relatos analisados, tanto na GALP quanto na PETROBRAS, tendo ocorrido uma diminuição quantitativa destes, mas que aparentemente não representa prejuízos aos tomadores de informações, visto que se tornaram mais abrangentes.

Como conclusão global, pode-se inferir, tomando como referência o Índice de Divulgação da Materialidade, que a PETROBRAS mostrou melhor desempenho que a GALP, no que se refere às sete variáveis analisadas. Entretanto, não se deve desprezar os caminhos para uma maior transparência e objetividade no que se refere à materialidade dos relatos não financeiros, bem como ao elevado referenciais que os relatos seguem, carecendo de ser mais bem definido e uniformizado pelos normalizadores.

Para a Contabilidade como ciência, percebe-se que, sem sair das demonstrações financeiras, está a alargar-se às demonstrações não financeiras, o que poderá levar a uma evolução do seu objetivo, inserido no ESG, para além de informações aos seus usuários sobre o universo dos reportes financeiros.

Por ter sido uma pesquisa feita no período que atravessou a pandemia da Covid-19, vale referenciar a observação de Adams e Abhayawansa (2021), ao pontuar que após a pandemia é hora de as empresas intensificarem esforços para incorporar considerações de desenvolvimento sustentável em sua estratégia, gestão e supervisão da governança. Os autores ainda ressaltam que:

“Acadêmicos críticos da contabilidade são instados a contribuir publicamente para o debate e realizar pesquisas que tornem visível qualquer declínio na responsabilidade corporativa e na ação sobre o impacto no desenvolvimento sustentável “(Adams e Abhayawansa, 2021).

Como sugestão primeira para investigações futuras em pesquisas dos relatos não financeiros seria o engajamento dos stakeholders na perspectiva da transparência das

empresas quanto a participação destes na composição de seus temas materiais. Outro tema interessante e carente de pesquisa é o estudo dos objetivos do desenvolvimento sustentável e seu papel no vínculo com os tópicos materiais. Ainda, alargar a pesquisa a mais empresas, sejam de mesmos setores de atividades ou de outros, pois contribuirá para um melhor conhecimento da materialidade nos relatos das empresas e, conseqüentemente, poderá servir de apoio aos reguladores e às Comissões de Normalização Contabilística, que tenham de pronunciar-se sobre o tema da materialidade o qual faz parte da atual agenda de organismos de normalização contabilística internacional, tal como o IASB.

BIBLIOGRAFIA

Adams, C.A., Abhayawansa, S (2021), Connecting the COVID-19 pandemic, environmental, social and governance (ESG) investing and calls for 'harmonisation' of sustainability reporting, *Critical Perspectives on Accounting*, 82, Disponível em <https://www.sciencedirect.com/journal/critical-perspectives-on-accounting/vol/82/suppl/C> Acedido em 08/10/2022

AICPA (2018), Agenda item A, Materiality, Disponível em <https://us.aicpa.org/content/dam/aicpa/research/standards/auditattest/asb/documents/mtg/1810/2018-10-asb-itema.pdf> Acedido em 11/07/2022 Acedido em 08/10/2021

AccountAbility (2022), Materiality Review. Disponível em <https://www.accountability.org/advisory/materiality-review/> Acedido em 04/04/2022

AccountAbility (2018), AA1000 AccountAbility Principles, Disponível em <https://www.accountability.org/standards/aa1000-accountability-principles/> Acedido em 04/04/2022

Alam, Z, Rashid, K. (2022). 'A Review on Corporate Social Responsibility (CSR) Constructs and Theoretical Debate in Pakistan', em A. P. O. L. Emeagwali, A. P. F. Bhatti (eds.), *Corporate Governance – Recent Advances and Perspectives*, Intech Open, London. 10.5772/intechopen.100195. Disponível em <https://www.intechopen.com/chapters/79081> Acedido em 05/05/2022

Alves, E.A. (2003). 'Dimensões da Responsabilidade soical das empresas: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen, *Revista de Administração*. São Paulo, 38 (1): .37-45. Disponível em <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3801037.pdf> Acedido em 05/21/2022

Alzate, Y.M.S., Zapata, G.M.V., Gómez, M.J.B. (2018), 'Un análisis de los estudios acerca de las memorias de sostenibilidad en Latinoamérica', *Contabilidad y Negocios*, 13 (26), 56-73. Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281658405005> Acedido em 09/09/2021

Ayres, A.R., Bonifácio, A.S., Silva, L.A. (2020), Sustentabilidade empresarial: uma análise das matrizes de materialidade das empresas globais fabricantes de automóveis, *Revista Engenharia de Interesse Social*, 5, 81-101 Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/reis/article/view/4684> Acedido em 10/01/2022

Bean, L.A., Thomas, D.W. (1990), "Development of the judicial definition of materiality," *Accounting Historians Journal*,17, Disponível em https://egrove.olemiss.edu/aah_journal/vol17/iss2/7, acedido em 11/08/2022

Beske, F., Hausteijn, E.; Lorson, P.C. (2020). Materiality analysis in sustainability and integrated reports *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*. 11 (1), 162–186, Disponível em <https://www.semanticscholar.org/paper/Materiality-analysis-in-sustainability-and-reports-Beske-Hausteijn/13832c6026981d1b6f570666827f09f661efd4d8> Acedido em 05/03/2022

Benedicto, S.C., Rodrigues, A.C., Penido, M.A.S. (2008), 'Surgimento e evolução da Responsabilidade Social Empresarial: uma reflexão teórica analítica'. XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável, Rio de Janeiro. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_sto_079_547_11666.pdf, Acedido em 06/15/2021

Borger, F.G., Costa, A.P.P., 2020, 'Corporate Social Responsibility and Sustainability in Corporate Strategy: Brazilian Cases Studies', em B. Orlando (ed.), *Corporate Social Responsibility*, Intech Open, London. 10.5772/intechopen.94414. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/347403489_Corporate_Social_Responsibility_and_Sustainability_in_Corporate_Strategy_Brazilian_Cases_Studies Acedido em 03/06/2022

Bowen, H.R. (2013), *Social Responsibilities of the Businessman*, University of Iowa Press, Iowa, United States of America.

Brasil, Bolsa e Balcão, B3 (2017), Relate ou Explique, Disponível em https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/relate-ou-explique.htm Acedido em 12/13/2022

Carpejani, P., Lima, E.P., Machado, C.G. (2017), O que é materialidade na GRI G4? Uma discussão e agenda para pesquisas futuras, 6th International Workshop Advances in Cleaner Production 2007-2017: Ten Years Working Together for a Sustainable Future, São Paulo, Brazil, May- 24th to 26th – 2017. Disponível em http://www.advancesincleanerproduction.net/sixth/files/sessoes/4B/2/carpejani_p_et_al_academic.pdf Acedido em 11/25/2022

Calixto, L. e Ferreira, A.C. (2005), 'Contabilidade Ambiental: aplicação das recomendações do ISAR em empresas do setor de mineração', XII Congresso Brasileiro de Custos, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 20-30. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1991/1991> Acedido em 06/17/2021.

Cezarino, L.O, Liboni, L.B., Hunter, T., Pacheco, L.M, Martins, F.P. (2022), Corporate social responsibility in emerging markets: Opportunities and challenges for sustainability integration, *Journal of Cleaner Production*, 362, Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652622018297> ,Acedido em 10/20/2022

Chao, W.C., Hsu, C.H., Lee, W.H. (2013), Materiality analysis model in sustainability reporting: a case study at Lite-On Technology Corporation, *Journal of Cleaner Production* 57, 142-151. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652613003788> Acedido em 06/11/2022

Coelho, A.L.V.A. (2016), Avaliação da materialidade na perspectiva do preparador: desenvolvimentos recentes no IASB, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Contabilidade e Controlo d Gestão da Universidade do Porto, Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/143394175.pdf> Acedido em 07/11/2022

Comissão Brasileira de Relato Integrado (2022), IFRS conclui consolidação da Value Reporting Foundation (08/01/2022), Disponível em <https://relatointegrado brasil.com.br/ifrs-foundation-conclui-consolidacao-com-value-reporting-foundation/> Acedido em 11/20/2022

Comissão Europeia (2021), Proposta da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva 2013/34/UE, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n.º 537/2014, no que respeita à comunicação de informações sobre a sustentabilidade das empresas, de 21.04.2021, Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021PC0189&from=FR> , Acedido em 11/11/2022

Comissão de Valores Mobiliário, CVM (2022), Resolução CVM 14 de 09 de dezembro de 2020: Aprova a Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado, Disponível em <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html> Acedido em 12/13/2022 Acedido em 11/16/2022

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, CMVM (2021), Sustentabilidade: Agenda regulatória europeia, Disponível em https://www.cmvm.pt/pt/SDI/sustentabilidade/Pages/regulacao_sustentabilidade.aspx Acedido em 11/16/2022

Comité de Pronúciamentos Contábeis, CPC (2019), CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> Acedido em 11/11/2022

Conselho Federal de Contabilidade do Brasil, CFC (2022), CFC aprova resolução criando o Comitê Brasileiro de Pronúciamentos de Sustentabilidade, Disponível em <https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-resolucao-criando-o-comite-brasileiro-de-pronunciamentos-de-sustentabilidade/> Acedido em 11/28/2022

Costa, F.M. (2011), Estatística, Universidade Estadual do Pará, Disponível em https://ccse.uepa.br/downloads/material_2010/LIVRO_ESTADISTICA.pdf Acedido em 11/15/2022

Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Disponível em https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf Acedido em 06/01/2022

Dias, E.S. (2017). 'Os (des) encontros internacionais sobre meio ambiente da Conferência de Estocolmo à Rio +20 – expectativas e contradições', *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, 39(1), 06-33, Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3538> Acedido em 06/01/2022

Dias, M.C. (2021), De onde surgiu o ESG, Revista Exame, Disponível em <https://exame.com/esg/de-onde-surgiu-o-esg/> Acedido em 06/15/2022

EY Portugal (2021), Com a aprovação do Regulamento (EU) 2020/852 em 22 de junho de 2020 (Regulamento Taxonomia) as empresas passaram a ter de comunicar o nível de alinhamento das suas atividades com seis objetivos de sustentabilidade, Disponível em https://www.ey.com/pt_pt/climate-change-sustainability-services/a-taxonomia-europeia-para-atividades-sustentaveis-impacto-nas-empresas Acedido em 11/11/2022

Farias, A.J., Barreiros N. (2020), Análise da Adoção da ASG (ambiente, social e governança) no mercado brasileiro e internacional, *Direito Internacional e Globalização Económica*, v.7, n.7, p 38-52. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/view/54931/pdf> Acedido em 06/15/2022

Fernandes, S.B.V., Franco, M.B., Sherer, L. (2016). 'ECO-92: nuances, avanços e interrogações', XXI Jornada de Pesquisa, Salão do Conhecimento Unijuí 2016. Disponível em <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7222/5988> Acedido em 06/11/2022

Fernandes, V. (2020), Impactos ambientais da indústria petrolífera; Eco Angola; Disponível em <https://ecoangola.com/impactos-ambientais-da-industria-petroquimica/> Acedido em 10/06/2022

Ferreira, P.C.P. (2022), Influência do *lobbying* no processo de constituição do International Sustainability Standards Board (ISSB), Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco (BR), Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46246> , Acedido em 10/06/2022

Font, X., Guix, M., Bonillo-Priego, M.J. (2016), Corporate social responsibility in cruising: Using materiality analysis to create shared value, *Tourism Management*, 53, 175-186, Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517715300273> , Acedido em 11/20/2022

Gil, A.C. (2002), Como elaborar projetos de pesquisa, Atlas, São Paulo.

Galp (2021), Disponível em <https://www.galp.com/corp/pt/sobre-nos/a-galp> Acedido em 12/12/2021

Gold Energy. Disponível em <https://goldenergy.pt/glossario/combustiveis-fosseis/> Acedido em 03/21/2022

Gontijo, G.E.A. (2020), Investimentos Sustentáveis: um estudo sobre a família de índices ESG, Monografia de final de Curso, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Disponível em http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Gabriela_Elzi_Andrade_Gontijo_Mono_20.1.pdf, acedido em 06/15/2022

Global Reporting Initiative, GRI (2022), Disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/> Acedido em 08/08/2022

GRI (2022a), Perguntas e Respostas, Disponível em <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/questions-and-answers/> Acedido em 11/27/2022

GRI (2022b), Oil and Gas, Disponível em <https://www.globalreporting.org/search/?query=oil+and+gas> Acedido em 11/27/2022

- GRI (2022c), Padrões Universais Disponível em <https://www.globalreporting.org/standards/standards-development/universal-standards/> Acessado em 11/27/22
- Gurski, B., Gonzaga, R., Tendolini, P. (2012), Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental, *Administração de Empresas em Revista*, 1 (7). 65-79, Disponível em <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466>, Acessado em 03/03/2022
- Hsu, C.W., Lee, W.L., Chao, W.C., Materiality analysis model in sustainability reporting: a case study at Lite-On Technology Corporation, *Journal of Cleaner Production*, 57, 142-151, Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652613003788>, Acessado em 10/10/2022
- IOSCO, International Organization of Securities Commissions, *Statement on Disclosure of ESG Matters by Issuers (2019)*, Disponível em <https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD619.pdf> Acessado em 06/24/2022
- Integrated Reporting (now part of IFRS Foundation, 2022), About us Disponível em <https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2/> Acessado em 11/27/2022
- IFRS (2021) IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, Disponível em https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-1-presentation-of-financial-statements.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2021/issued/ias1/#IAS01_7 Acessado em 11/10/2022
- Jayasiri, N.K., Kumarasinghe, S., Pandey, R. (2022) 12 anos de relato integrado: uma revisão de pesquisa. *Contabilidade e Finanças*, 00, 1–57. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/acfi.12958> Acesso em 09/17/2022
- Juma'h, A.H. (2009), The implications of materiality concept on accounting practices and decision making, *Inter Metro Business Journal*, 5, 22-37, Disponível em https://www.academia.edu/33618964/THE_IMPLICATIONS_OF_MATERIALITY_CONCEPT_ON_ACCOUNTING_PRACTICES_AND_DECISION_MAKING Acessado em 11/21/2022
- Jun, W., Shiyong, Z. Yi, T. (2022), Does ESG Disclosure Help Improve Intangible Capital? Evidence From A-Share Listed Companies, *ESG Investment and Its Societal Impacts* Disponível em <https://www.frontiersin.org/articles/0.3389/fenvs.2022.858548/full> Acesso em 06/06/2022
- Kassai, J.R., Carvalho, N., Kassai, J.R.S. (2019), *Contabilidade ambiental: relato integrado e sustentabilidade*, Atlas, São Paulo.
- Kenton, W. (2020), Securities Act of 1933, Disponível em <https://www.investopedia.com/terms/s/securitiesact1933.asp> Acessado em 11/24/2022
- Messier Jr., WF, Martinov-Bennie, N, Eilifsen, A (2005), Uma revisão e integração de pesquisa empírica sobre materialidade: duas décadas depois, *Auditoria: uma revista de prática e teoria*, 24, 153-187. Disponível em https://www.academia.edu/24342846/A_Review_and_Integration_of_Empirical_Research_on_Materiality_Two_Decades_Later Acessado em 11/07/2022
- Morais, C. (2005), Descrição, análise e interpretação de informação quantitativa: Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística, Instituto Politécnico de Bragança, Disponível em <http://www.ipb.pt/~cmmm/discip/ConceitosEstatistica.pdf> Acessado em 11/15/2022
- Ordem dos Contabilistas Certificados [OCC] (2007), O Sistema de Normalização Contabilística, Disponível em <https://www.occ.pt/fotos/editor2/TOC92ConselhoTecnico.pdf> Acessado em 11/21/2022
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2021), Clima e Meio Ambiente (02/26/2021). Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/02/1742802> Acessado em 06/14/2021.
- ONU News (2019), Perspectiva Global Reportagens Humanas, *ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050*, Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701> Acessado em 06/14/2021

Pereira, D. (2016); “Relato Integrado: utopia ou realidade”; Dissertação de Mestrado; Instituto Politécnico de Setúbal. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/14349> Acedido em 05/04/2022

Petrobras (2021), Disponível em <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/> e <https://www.investidorpetrobras.com.br/> Acedido em 12/12/2021

Pinheiro, P.B., de Iudícibus, S, Salotti, B.M. e Galegale, N.V. (2017) “A materialidade aplicada para a divulgação de informações nas notas explicativas”, *Revista Eniac Pesquisa*, 6(2), p. 166–185. Disponível em <https://doi.org/10.22567/rep.v6i2.478> Acedido em 08/18/2022

Quivy, R., Carnpenhoudt, L.V. (2005), *Manual de Investigacion en Ciencias Sociales*, Limusa, Cidade do México.

Ricci, T. G., Grecco, M.C.P., Geron, C.M.S.(2021) “ A construção da materialidade para um relato integrado em uma empresa de saneamento municipal”, *Brazilian Journal of Development*, 7(6), 59427–59452 Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/31441> Acedido em 11/26/2022

Rico, E.M. (2010) ‘Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade’, *Revista Administração em Diálogo*, 14, 29-52. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/F9XDcdCSWRS9Xr7SpknNJPv/?lang=pt> Acedido em 05/07/2022

Rocha, A.S.A. (2021), *A utilidade da informação financeira e não financeira para a tomada de decisão*, Dissertação de Mestrado, Mestrado em Contabilidade e Finanças, Universidade do Porto; Disponível em https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/19883/1/Ana_Rocha_MCF_2021.pdf Acedido em 09/07/2022

Rodrigues, João (2019), *Sistema de Normalização Contabilística – SNC Explicado*, Porto Editora, Porto.

Romeiro, A.R. (2012), ‘Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva económico-ecológica’, *Dossiê Sustentabilidade- Estudos Avançados* 26 (74), 65-92, Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006> Acedido em 06/13/2022

SASB (2022), <https://www.sasb.org/about/> , Acedido em 08/08/2022

Sareen, S. e Wolf, S. (2021), Accountability and sustainability transitions, *Revista Ecological Economics*, 185, Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800921001142?via%3Dihub> , Acedido em 05/05/2022

Schneider, S. e Schmitt, C.J. (1998), O uso do método comparativo nas Ciências Sociais, Disponível em <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2018/08/schneider-schmitt-1998-o-uso-do-metodo-comparativo-nas-ciencias-sociais.pdf>, Acedido em 08/08/2022

The Guardian (2019) ; Revealed: the 20 firms behind a third of all carbon emissions; Disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2019/oct/09/revealed-20-firms-third-carbon-emissions> Acedido em 08/25/2021

Velozzo, T.G., França, S.L.B. (2017), Indicadores essenciais de desempenho ambiental da Global Reporting Initiative (GRI): uma análise nas empresas do setor de petróleo e gás, *Revista Diversidade e gestão*, 1, 234-246, Disponível em <http://costalima.ufrj.br/index.php/diversidadeegestao/article/view/887> Acedido em 11/26/2022

Villiers, C., Sharma, U. (2020), Uma reflexão crítica sobre o futuro do capital financeiro, intelectual, sustentabilidade e relato integrado, *Critical Perspectives on Accounting*, 70, Article 101999, Disponível em <https://www.sciencedirect.com/journal/critical-perspectives-on-accounting/vol/70/suppl/C> Acedido em 11/02/2022

Weitzel, P.Z. (2022), Explorando divulgações de materialidade em relatos não financeiros: evidências de relatórios anuais em empresas da EU, Trabalho para atribuição do grau de Mestre em Gestão, Nova School

of Business and Economics, Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/138685> Acedido em 05/07/2022

Whitehead, J. (2016), Prioritizing Sustainability Indicators: Using Materiality Analysis to Guide Sustainability Assessment and Strategy, *Business Strategy and the Environment*, 26, 399-412, Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bse.1928> Acedido em 09/16/2022

WMO [World Meteorological Organization] (2021), Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes 1970-2019; WMO, 1267; Disponível em https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10989 ; Acedido em 03/17/2022

ANEXOS

Anexo 1 – Definições de materialidade

Tabela A.1. – Definições de materialidade

ANO	GALP	PETROBRAS
2014	<p><i>Os temas foram avaliados de acordo com uma escala de importância representada:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>como o tema reflete os impactos (positivos ou negativos) econômicos, sociais e/ou ambientais significativos da GALP Energia;</i> • <i>como o tema pode influenciar substantivamente o modo como os stakeholders avaliam a GALP Energia e/ou as suas decisões relacionadas com a Empresa;</i> • <i>se o tema tem potencial para acrescentar ou retirar valor à Empresa ou à sociedade/comunidade em que se insere, em particular aos seus stakeholders mais relevantes.</i> 	-
2015	<p><i>Na análise dos aspectos foram avaliados os temas numa escala de importância, representando:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Como o tema reflete os impactos econômicos, sociais e/ou ambientais (positivos ou negativos) da nossa empresa;</i> • <i>Como o tema pode influenciar o modo como os stakeholders avaliam a nossa Empresa e/ou as suas decisões;</i> • <i>Se o tema tem elevado potencial para acrescentar ou retirar valor a Empresa ou a sociedade/comunidade em que se insere, em particular aos seus stakeholders mais relevantes.</i> 	-
2016	<p><i>A Empresa confere particular destaque aos aspectos com impacto material potencial, com enfoque no longo prazo, e a capacidade de avaliação e decisão por parte dos seus stakeholders; (...) prioriza os vários aspectos-chave ponderando a perspectiva interna e a dos stakeholders, tendo em vista a estratégia corporativa que reflete o compromisso com a geração de valor sustentável</i></p>	<p><i>Direcionamos o conteúdo para o que apresenta ou possa apresentar impactos econômicos, sociais ou ambientais significativos em nossas atividades ou por elas desencadeados e o que pode afetar nossa capacidade de criação de valor, como marcos regulatórios e atividades da cadeia de fornecedores.</i></p>
2017	<p><i>(...) Identificação dos aspectos com potencial impacto material na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo para a nossa Organização e para todas as partes interessadas.</i></p>	<p><i>Identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes que impactam nossa capacidade de criar valor no curto, médio e longo prazo. (a empresa está a falar da matriz)</i></p>
2018	<p><i>Os temas/aspectos materiais são aqueles que podem ser considerados importantes por refletirem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciarem, substancialmente, as avaliações e decisões dos stakeholders. A materialidade é o limiar a partir do qual os tópicos se tornam suficientemente expressivos para serem reportados.</i></p>	<p><i>Os temas materiais são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes que podem impactar nossa geração de valor no curto, médio e longo prazo.</i></p>
2019	<p><i>Os aspectos materiais do nosso negócio são todos os que podem interferir, de forma significativa, na nossa capacidade de gerar valor para a Empresa e para os seus stakeholders.</i></p>	<p><i>Em 2018, nossa materialidade foi revista e priorizamos os temas que mais impactam nossos negócios, tomando como referência nossos públicos de interesse.</i></p>
2020	<p><i>Os aspectos materiais da GALP são todos os que podem interferir, de forma significativa, na capacidade de gerar valor para a Empresa e para os seus stakeholders.</i></p>	<p><i>Os oito temas materiais que compõem nossa matriz são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos tópicos relevantes que podem afetar nossa geração de valor no curto, médio e longo prazos. Os temas selecionados foram os que refletem impactos significativos, sejam estes ambientais, sociais ou econômicos, ou tópicos que influenciam a avaliação e as decisões dos stakeholders, seja por meio de nossas próprias atividades, produtos e serviços ou como resultado de nossas relações de negócios com outras entidades</i></p>

2021	<i>Os resultados da análise de materialidade são fundamentais para o desenvolvimento da estratégia, permitindo à GALP concentrar-se nos tópicos mais relevantes para o seu negócio e para os seus stakeholders. GALP estabeleceu objetivos e metas para cada um dos principais aspetos materiais, cujo progresso é monitorizado e reportado no domínio público..</i>	<i>Os temas selecionados foram os que refletem impactos significativos, sejam estes ambientais, sociais ou económicos, ou tópicos que influenciam a avaliação e as decisões dos stakeholders, seja por meio de nossas próprias atividades, produtos e serviços ou como resultado de nossas relações de negócios com outras entidades</i>
------	--	--

Anexo 2 – Fonte de dados: links do website dos relatórios analisados

<https://www.GALP.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>

<https://www.investidorPETROBRAS.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>

Anexo 3 – Links de tópicos considerados materiais na GALP e na PETROBRAS (2012-2021)

Tabela A.2. – Tópicos materiais por período na GALP e PETROBRAS

ANO	GALP	PETROBRAS
2012	Business cases, projetos e ações; Definição e acompanhamento de KPI; Estabelecimento de objetivos e metas.	Diálogo e engajamento com comunidades Diversificação de fontes energéticas Gestão de riscos Gestão, política e viabilização do pré-sal Mecanismos anticorrupção Mudanças do clima e emissões de gases do efeito estufa Pesquisa e desenvolvimento tecnológico Prevenção de acidentes e vazamentos, planos de emergência e mitigação de impactos Saúde e segurança dos trabalhadores Transparência na comunicação com os públicos de interesse
2013	Alterações climáticas Capital humano Diversificação do portfólio de atividades Eficiência energética. Gestão de risco e crise Governo e Sociedade Prevenção de acidentes e derrame Qualidade dos produtos/serviços Relacionamento com fornecedores Relacionamento com o cliente Saúde e Segurança	Biodiversidade Eficiência energética e de processos Gestão de efluentes e resíduos Gestão de emissão de gases de efeito estufa Gestão de impacto nas comunidades Impactos econômicos Pesquisa e desenvolvimento tecnológico Prevenção de acidentes e vazamentos Segurança e saúde dos trabalhadores Transparência e prestação de contas; Uso de recursos naturais e consumo de materiais Viabilização dos negócios em longo prazo
2014	Cadeia de valor e direitos humanos Comunidades locais Condições e práticas laborais Energia e alterações climáticas Envolvimento com stakeholders Formação e desenvolvimento de carreiras Gestão de riscos Governança, ética, transparência e conformidade Higiene, saúde e segurança no trabalho	Biodiversidade Gestão de efluentes e resíduos Gestão de impacto nas comunidades Impactos econômicos Pesquisa e desenvolvimento tecnológico Prevenção de acidentes e vazamentos Transparência e prestação de contas Uso de recursos naturais e consumo de materiais Viabilização dos negócios em longo prazo
ANO	GALP	PETROBRAS
2014	Inovação e diversificação do portfólio; Matérias-primas utilizadas Preparação e resposta a emergências Recursos hídricos Reservas e produção de hidrocarbonetos Resíduos e águas residuais Segurança de processo e derrames	Prevenção de acidentes e vazamentos Viabilização dos negócios a longo prazo Segurança e saúde dos trabalhadores Gestão de emissão de gases do efeito estufa Eficiência energética e de processos Mecanismos anticorrupção

(continua na página seguinte)

(continuação)

ANO	GALP	PETROBRAS
2015	<p>Cadeia de valor e direitos humanos</p> <p>Comunidades locais</p> <p>Condições e práticas laborais</p> <p>Energia e alterações climáticas</p> <p>Envolvimento com stakeholders</p> <p>Formação e desenvolvimento de carreiras</p> <p>Gestão de riscos</p> <p>Governance, ética, transparência e conformidade</p> <p>Higiene, saúde e segurança no trabalho</p> <p>Impactos de produtos, serviços e colaboradores</p> <p>Inovação e diversificação de portefólio</p> <p>Matérias-primas utilizadas</p> <p>Recursos hídricos</p> <p>Reparação e resposta a emergências</p> <p>Reservas e produção de hidrocarbonetos</p> <p>Resíduos e águas residuais</p> <p>Segurança de processo e derrames</p>	<p>Comunicação e relacionamento com públicos de interesse</p> <p>Conformidade com leis e regulamentos</p> <p>Eficiência energética;</p> <p>Emissões atmosféricas e estratégia climática</p> <p>Estratégia de negócio a longo prazo</p> <p>Ética nos negócios, incluindo prevenção e combate à corrupção</p> <p>Gerenciamentos de produtos e serviços e seus impactos relacionados</p> <p>Gestão da cadeia de fornecedores</p> <p>Gestão de emissão de gases de efeito estufa;</p> <p>Gestão de resíduos e afluentes</p> <p>Mecanismos anticorrupção.</p> <p>Presença no mercado e práticas de compra</p> <p>Prevenção de vazamento e remediação</p> <p>Recursos hídricos</p> <p>Relações trabalhistas e práticas sindicais</p> <p>Segurança e saúde dos trabalhadores</p> <p>Segurança, saúde e qualidade de vida</p>
2016	<p>Atração de talento e desenvolvimento de capital humano</p> <p>Biodiversidade e ecossistemas</p> <p>Combate à corrupção</p> <p>Condições e práticas laborais</p> <p>Corporate governance</p> <p>Direitos humanos</p> <p>Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação</p> <p>Diversificação de portefólio</p> <p>Ecoeficiência operacional</p> <p>Energias renováveis</p> <p>Envolvimento com stakeholders</p> <p>Envolvimento e impacto nas comunidades locais</p> <p>Ética, transparência e conformidade</p> <p>Gestão do risco</p> <p>Gestão sustentável da cadeia de fornecedores</p> <p>Inovação</p> <p>Recursos hídricos</p> <p>Satisfação e orientação para o cliente</p> <p>Saúde e segurança no trabalho</p> <p>Segurança de processo e resposta à emergência</p>	<p>Comunicação e relacionamento com públicos de interesses</p> <p>Conformidade, ética, prevenção e combate à corrupção</p> <p>Desalavancagem financeira</p> <p>Desenvolvimento do pré-sal</p> <p>Eficiência de Capex</p> <p>Eficiência operacional e redução de custos</p> <p>Emissões atmosféricas e estratégia climática</p> <p>Estratégia de negócios</p> <p>Gestão de fornecedores</p> <p>Gestão de recursos críticos</p> <p>Gestão de riscos</p> <p>Governança</p> <p>Impacto do preço de petróleo e taxa de câmbio</p> <p>Marco regulatório e política de conteúdo local</p> <p>Operação Lava-Jato</p> <p>Parcerias e desinvestimentos</p> <p>Perda do grau de investimento</p> <p>Pesquisa, desenvolvimento e inovação</p> <p>Política de preços</p> <p>Renegociação de cessão onerosa</p> <p>Reposição de reservas</p> <p>Segurança e compromisso com a vida</p>

(continua na página seguinte)

(continuação)

ANO	GALP	PETROBRAS
2017	Atração e retenção de talentos Biodiversidade e ecossistemas Corporate Governance Desenvolvimento da comunidade local Inovação e tecnologia Inovação tecnológica e digitalização Diálogo e envolvimento com as partes interessadas Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação Divulgação de informações financeiras relacionada com o clima Eficiência energética das operações, produtos e serviços Ética, transparência e Compliance Formação e desenvolvimento Gestão de risco Gestão sustentável da cadeia de valor Portefólio adequado à satisfação das necessidades energéticas Segurança, saúde e ambiente Utilização sustentável dos recursos	Comunicação e relacionamento com públicos de interesse Conformidade, ética, prevenção e combate à corrupção Desalavancagem financeira Desenvolvimento do pré sal Eficiência Capex Eficiência operacional e redução de custos Emissões atmosféricas e estratégia climática Estratégia de negócios Gestão de Fornecedores Gestão de recursos críticos Gestão de riscos Governança Impacto do preço do petróleo e taxa de câmbio Marcos regulatórios e política de conteúdo local Negociação de cessão onerosa Operação Lava Jato Parcerias e desinvestimentos Perda do grau de investimento Pesquisa, desenvolvimento e inovação Política de preços Reposição de reservas Segurança e compromisso com a vida
2018	Atração e retenção de talentos Biodiversidade e ecossistemas Corporate governance Desenvolvimento da comunidade local Diálogo e envolvimento com as partes interessadas Diversidade, igualdade de oportunidades e não discriminação Divulgação de informação financeira relacionada com o clima Eficiência energética das operações, produtos e serviços Ética, transparência e compliance Formação e desenvolvimento Gestão de riscos Gestão sustentável da cadeia de valor Portefólio adequado à satisfação das necessidades energéticas Segurança, saúde e ambiente Utilização sustentável dos recursos	Ambiente regulatório, abertura, mercado e concorrência Conformidade, ética nos negócios e combate à corrupção Efetividade da curva de produção Eficiência operacional e de investimentos Estratégia financeira Estratégias de portfólio Gestão de fornecedores Governança Corporativa Preços dos derivados; Prevenção de acidentes e vazamentos; Qualidade do produto e relacionamento com o cliente Questões político-econômicas Relacionamento com públicos de interesse Reposição de reservas Segurança e compromisso com a vida

(continua na página seguinte)

(continuação)

ANO	GALP	PETROBRAS
2019	Atração e retenção de talentos Desenvolvimento do Capital Humano Direitos Humanos Ética empresarial Portefólio energético sustentável Segurança	Ambiente regulatório, abertura mercado e concorrência Conformidade, ética nos negócios e combate à corrupção Efetividade da curva de produção Eficiência operacional e de investimentos Estratégia Financeira Estratégias de portfólio Gestão de fornecedores Governança Corporativa Preço dos derivados Prevenção de acidentes e vazamentos Qualidade dos produtos e relacionamento com os clientes Questões político-econômicas Relacionamento com públicos de interesse Reposição de reservas Segurança e compromisso com a vida
2020	Atração e retenção de talento Desenvolvimento do capital humano Direitos humanos Ética empresarial Portefólio energético e sustentável Segurança	Ambiente regulatório, abertura de mercado e concorrência Comunicação ativa e transparente Ética nos negócios e combate à corrupção Impactos socioeconômicos Prevenção de acidentes e vazamento Resiliência climática e transição para economia de baixo carbono Resiliência econômico-financeira Segurança e compromisso com a vida
2021	Atração e retenção de talento Desenvolvimento do capital humano Direitos humanos Ética empresarial Portefólio energético e sustentável Segurança	Ambiente regulatório, abertura de mercado e concorrência Comunicação ativa e transparente Ética nos negócios e combate à corrupção Impactos socioeconômicos Prevenção de acidentes e vazamento Resiliência climática e transição para economia de baixo carbono Resiliência econômico-financeira Segurança e compromisso com a vida

Anexo 4 – Determinação da materialidade

Empresa	Auditoria	Ano	Determinação dos temas materiais	Menciona Stakeholders	Identificação dos stakeholders no relato
GALP	PwC	2012	Não consta	-	Acionistas, colaboradores, clientes, comunidade técnica e científica, entidades financeiras, entidades governamentais e oficiais, fornecedores, mídia, revendedores e distribuidores, e outras entidades.
PETROBRAS	PwC	2012	Para definir os principais temas abordados neste relatório, realizamos reuniões e entrevistas com nossos <u>públicos de interesse</u> e apuramos suas opiniões sobre assuntos relacionados à sustentabilidade no âmbito de nossa atuação. Ao confrontar a percepção desses grupos com a da própria companhia, elencamos, de 33 temas, os dez considerados mais relevantes para esta publicação, denominados “temas materiais”.	SIM	Clientes, consumidores, comunidade científica e acadêmica, comunidades, fornecedores, imprensa, investidores, organizações da sociedade civil, parceiros, poder público e público interno.
GALP	PwC	2013	A determinação da materialidade dos temas deste relatório consistiu na integração dos resultados do processo de <u>auscultação de stakeholders</u> , realizado em 2012/2013, com a análise da relevância dos temas pela gestão de topo. Combinando as expectativas externas e internas recolhidas, foram identificados e definidos os temas materiais a serem reportados	SIM	Acionistas, colaboradores, clientes, comunidade técnica e científica, entidades financeiras, entidades governamentais e oficiais, fornecedores, mídia, revendedores e distribuidores, e outras entidades.
PETROBRAS	PwC	2013	Para definir os principais temas a serem abordados neste relatório, realizamos reuniões e entrevistas com cerca de 230 representantes de nossos <u>públicos de interesse</u> , a fim de apurar suas percepções, expectativas e preocupações sobre a nossa atuação, especialmente, considerando aspectos de sustentabilidade. Ao confrontar o que foi apresentado por esses grupos com os nossos próprios posicionamentos, representados pela Diretoria Executiva, elencamos, de um conjunto de 24 temas, os 12 considerados mais relevantes, que denominamos “temas materiais”.	SIM	Clientes; comunidade científica e acadêmica; comunidades; concorrentes; consumidores; fornecedores; imprensa; investidores; organizações da sociedade civil; parceiros; poder público; público interno; e revendedores.
GALP	PwC	2014	A empresa levou em consideração os seguintes aspectos: compreensão de tendências e de assuntos emergentes; valores, políticas e compromissos da empresa; análise de benchmarking e de desempenho; <u>auscultação dos stakeholders</u> e da organização.	SIM	Órgãos sociais, entidades financeiras, acionistas e mercados de capitais, comunidade, colaboradores, clientes, comunidade técnica e científica e associações, parceiros, media e opinion makers, fornecedores, entidades governamentais e oficiais.
PETROBRAS	PwC	2014	Os temas foram listados a partir de consultas a cerca de 230 representantes dos nossos <u>públicos de interesse</u> , priorizados de acordo com a sua importância para o relato da sustentabilidade	SIM	Clientes; comunidade científica e acadêmica; comunidades; concorrentes; consumidores; fornecedores; imprensa; investidores; organizações da sociedade civil; parceiros; poder público; público interno; e revendedores.

Empresa	Auditoria	Ano	Determinação dos temas materiais	Menciona Stakeholders	Identificação dos stakeholders no relato
GALP	PwC	2015	A GALP relaciona materialidade com a estratégia da empresa e leva em consideração os seguintes aspectos na determinação dos temas materiais: compreensão de tendências e de assuntos emergentes; valores, políticas e compromissos da empresa; análise de benchmarking e de desempenho; auscultação dos <u>stakeholders</u> .	SIM	Fornecedores, acionistas e mercados de capitais, órgãos sociais, comunidade, colaboradores, entidades financeiras, parceiros, clientes, media e opinion markers, comunidade técnica e científica e associações, entidades governamentais e oficiais.
PETROBRAS	PwC	2015	Nesse ano houve uma revisão das práticas de definição dos temas materiais para esta edição do Relatório de Sustentabilidade. Analisamos 26 temas a partir de questões relacionadas às nossas práticas de estratégia e governança, a exigências legais e regulatórias, a expectativas de alguns dos nossos <u>públicos de interesse</u> , a referências internacionais no setor de óleo e gás e a identificação de macro-tendências	SIM	Revendedores, clientes, comunidade científica e acadêmica, comunidades, concorrentes, consumidores, fornecedores, imprensa, investidores, organizações da sociedade civil, parceiros, poder público, público interno
GALP	PwC	2016	A presente matriz de materialidade, revista em 2016, prioriza os vários aspectos-chave ponderando a perspectiva interna e a dos stakeholders, tendo em vista a estratégia corporativa que reflete o compromisso com a geração de valor sustentável. Esta avaliação inclui a execução de quatro etapas: 1. compreensão das tendências e dos temas emergentes; 2. integração dos valores, políticas e compromissos da Empresa; 3. análise do desempenho interno e do setor; 4. <u>auscultação formal e periódica junto dos stakeholders</u> .	SIM	Não localizado
PETROBRAS	PwC	2016	Revisamos o conjunto de temas avaliados no ciclo anterior, incluindo questões-chave que apresentamos em nosso Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão (2017-2021), além de expectativas de públicos de interesse apuradas quando da apresentação aos investidores, em pesquisas de opinião pública, na análise de resultados de avaliações e índices de mercado, em debates internos com especialistas, em comitês de governança e em entrevistas com a alta administração. Esses temas foram, então, avaliados por integrantes da alta administração (conselheiros de administração, presidente, diretores executivos e gerentes executivos), por um conjunto de gerentes da companhia e por analistas de mercado, mediante a aplicação de questionário sobre o impacto real ou potencial de cada tema nos nossos negócios e sua relevância para investidores e demais <u>públicos de interesse</u> .	SIM	Clientes, comunidade científica e acadêmica, comunidades, concorrentes, consumidores, fornecedores, imprensa, investidores, organizações da sociedade civil, parceiros, poder público, público interno, revendedores.
GALP	PwC	2017	A identificação dos aspectos relevantes é realizada através de um processo abrangente de análise de materialidade, e revisto de forma sistemática, usando como referência a Global Reporting Initiative e o 5-Part Materiality Test, proposto pela AccountAbility, pelo United Nations Environment Programme e pela Stakeholder Research Associates. O processo de análise de materialidade inclui a realização de quatro grandes etapas: 1. Identificação dos temas materiais; 2. Avaliação interna 3. Avaliação externa 4. Matriz de materialidade. Em 2017, procedemos à revisão da matriz de materialidade, priorizando os aspectos mais relevantes em toda a cadeia de valor para o nosso negócio e para os nossos <u>stakeholders</u> .	SIM	Não localizado
PETROBRAS	KPMG	2017	Os temas identificados foram avaliados pela alta administração e por um grupo de gerentes e analistas de mercado, por meio da aplicação de questionários sobre o impacto de cada tema nos nossos negócios e sua relevância para investidores e demais <u>públicos de interesse</u> .	SIM	Clientes, revendedores, comunidade científica e acadêmica, comunidades, concorrentes, consumidores, fornecedores, público interno, poder público, parceiros, organizações da sociedade civil, investidores, imprensa.

Empresa	Auditoria	Ano	Determinação dos temas materiais	Menciona Stakeholders	Identificação dos stakeholders no relato
GALP	PwC	2018	Na GALP, temos implementado um conjunto de processos que asseguram a identificação e a priorização dos temas materiais de sustentabilidade. Estes processos permitem-nos fazer uma revisão contínua dos temas materiais na capacidade de gerar valor para a Organização e para os stakeholders. Este processo de análise de materialidade inclui a realização de quatro grandes etapas: 1. Análise de tendências e de assuntos emergentes. Análise de benchmarking aos peers e a empresas de referência. 2. Auscultação de <i>stakeholders</i> internos para avaliação dos temas materiais. Alinhamento com os valores, as políticas e os compromissos GALP. 3. Auscultação de <i>stakeholders</i> externos para avaliação dos temas materiais. 4. Posicionamento dos vários temas, por via da ponderação da perspectiva interna e dos stakeholders. A matriz constitui o farol relativamente às nossas prioridades de atuação e, conseqüentemente, do nosso relato de sustentabilidade.	SIM	Não localizado
PETROBRAS	KPMG	2018	Elaboração de uma lista a partir da compilação de temas materiais anteriores, apurações das expectativas de públicos de interesse, temas relevantes para Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB), interações com investidores e temas presentes no nosso Planejamento Estratégico e Plano de Negócios e Gestão. Os 28 temas relevantes foram avaliados internamente pela nossa alta administração, conforme preconizado pelo framework do International Integrated Reporting Council (IIRC), e também externamente por um grupo de investidores, por meio da atribuição de grau de importância em duas dimensões: impacto nos nossos negócios e relevância para os <i>públicos de interesse</i> . Os resultados desta consulta deram origem a nossa matriz de materialidade. Assim, os temas materiais foram definidos a partir de critérios objetivos de priorização e aprovados internamente.	SIM	Clientes, comunidade científica e acadêmica, comunidades, concorrentes, consumidores, fornecedores, imprensa, investidores, organizações da sociedade civil, parceiros, poder público, público interno, revendedores.
GALP	PwC	2019	Identificamos e compreendemos os potenciais temas materiais através de análises de contexto interno e externo, de tendências globais, sectoriais e da Organização e de benchmark com empresas peers e outras de referência. Procuramos obter o feedback dos nossos stakeholders chave, tanto internos como externos, em particular os seus pontos de vista quanto à importância de cada um dos temas e as suas principais expectativas quanto ao desempenho da Empresa. Este feedback é obtido através da realização de um processo formal, periódico e sistemático de auscultação dos grupos de <i>stakeholders</i> da GALP.	SIM	Acionistas e mercados de capitais, associações e entidades setoriais, associações técnicas, clientes, colaboradores, comunidades locais, concorrentes, entidades financeiras e multilaterais, entidades governamentais e oficiais, fornecedores, investigação e tecnologia, media e opinion makers, órgãos sociais, parceiros.
PETROBRAS	KPMG	2019	Os 15 temas materiais que compõem nossa matriz são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos tópicos relevantes que podem afetar nossa geração de valor no curto, médio e longo prazos. Priorizamos os temas que mais impactam nossos negócios, tomando como referência nossos <i>públicos de interesse</i> , validados pela Alta Administração em fevereiro de 2019.	SIM	Clientes, comunidade científica e acadêmica, comunidades, concorrentes, consumidores, fornecedores, imprensa, investidores, organizações da sociedade civil, parceiros, poder público, público interno, revendedores

Empresa	Auditoria	Ano	Determinação dos temas materiais	Menciona Stakeholders	Identificação dos stakeholders no relato
GALP	PwC	2020	A GALP, seguindo referenciais internacionalmente reconhecidos, identifica e compreende os potenciais aspectos materiais através de análises de contexto interno e externo, de tendências globais, sectoriais e da Organização, e de benchmark com empresas pares e outras de referência. GALP considera essencial o diálogo e envolvimento dos <u>stakeholders</u> para conhecer as suas principais expectativas quanto ao desempenho da Empresa e obter os seus pontos de vista quanto a importância de cada um dos temas. Este feedback é obtido através da realização de um processo formal, periódico e sistemático de auscultação dos grupos de stakeholders chave da GALP.	SIM	Não localizado
PETROBRAS	KPMG	2020	Processo para levantamento dos temas materiais: planejamento, análise de documentos internos e externos, entrevistas com público interno e externo, <i>survey</i> on line com público interno e externo, validade dos temas materiais. Os temas selecionados foram os que refletem impactos significativos, sejam estes ambientais, sociais ou econômicos, ou tópicos que influenciam a avaliação e as decisões dos stakeholders. (...) O processo buscou contemplar as categorias de stakeholders relevantes para a organização. Foram considerados os seguintes públicos de interesse na análise: público interno (empregados e sindicatos), comunidades da área de abrangência, mídia, fornecedores, investidores, clientes, parceiros de negócio e poder público. Foram também considerados os temas materiais de 19 empresas como benchmark, de forma a contemplar uma listagem abrangente e equilibrada em temas sociais, ambientais e econômicos. Esse estudo também influenciou a priorização, quando consideradas as empresas globais da indústria de óleo e gás.	SIM	Nossos públicos de interesses tiveram sua classificação revisada no final de 2020. São eles: poder público, parceiros de negócios, clientes, público interno, entidades de classe, consumidores, comunidades em área de abrangência, concorrentes, comunidade científica e de inovação, fornecedores, mídia, investidores, organizações da sociedade civil, sociedade
GALP	PwC	2021	A análise de materialidade inclui quatro etapas principais. • Identificar os temas: analisa fontes externas e internas para identificar tópicos relevantes. • Determinar a relevância: realiza uma consulta aos <u>stakeholders</u> a fim de conhecer as suas principais expectativas relativamente ao desempenho da Empresa e às suas perspectivas acerca da relevância de cada tema. • Determinar o impacto: realiza uma avaliação interna com o top management de forma a assegurar o alinhamento dos temas materiais com os valores, políticas e compromissos da Empresa. • Validar os temas materiais: os temas são priorizados de acordo com a sua relevância e impacto (de uma perspectiva interna e externa).	SIM	Não localizado
PETROBRAS	KPMG	2021	Aprovada por nossa Diretoria Executiva em 2020, nossa matriz de materialidade foi desenvolvida a partir dos temas que mais impactam nossos negócios, tomando como referência nossos públicos de interesse. Nossa materialidade foi revisada de acordo com os Princípios de Relato da Norma da GRI (Global Reporting Initiative Standards) e objetivou: compreender nossos impactos, riscos e oportunidades em relação aos temas; aprimorar a visão de sobre como a empresa gera valor; aumentar a transparência, comunicando mais amplamente os temas mais relevantes para nossos <u>stakeholders</u> , para uma melhor avaliação quanto ao nosso desempenho; e avaliar se, a partir de mudanças no contexto do período, houve alterações nos temas materiais.	SIM	Poder público, parceiros de negócios, clientes, público interno, entidades de classe, consumidores, comunidades em área de abrangência, concorrentes, comunidade científica e de inovação, fornecedores, mídia, investidores, organizações da sociedade civil, sociedade

Anexo 5 – Quadro resumo da revisão de literatura

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Abhayawansa e Adams/ Reino Unido e Austrália (2021)	Conectando a pandemia de COVID-19, investimentos ambientais, sociais e de governança (ESG) e apelo à 'harmonização' dos relatórios de sustentabilidade	Covid-19, ESG, relatórios de sustentabilidade, harmonização	Examinar criticamente o pedido de 'harmonização' das estruturas e padrões de relatórios de sustentabilidade que ocorreram juntamente com um aumento no investimento ambiental, social e de governança (ESG) durante a pandemia do COVID-19	Padrões de sustentabilidade, IFRS, GRI e literatura acerca do tema. Pesquisa qualitativa	Através de nossa discussão de três mitos que estabelecem as bases para o atual movimento de 'harmonização' e o estabelecimento de um órgão de definição de padrões dentro da Fundação IFRS, revelamos enganos, mal-entendidos e um desrespeito pela pesquisa acadêmica e os pontos de vista dos profissionais de sustentabilidade. Os mitos são alimentados pela falta de análise das alternativas, superestimação da expertise da Fundação IFRS e descaracterização do desenvolvimento sustentável/financiamento ESG.
<u>Alves, Elvisney (2001 ou 2003) recebimento e publicação</u>	Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen	Responsabilidade social, empresa, dimensões, dinâmica.	Estudar as ligações sistêmicas entre as ações empresariais e suas consequências internas e externas à empresa, através da visão clássica de Bowen	Leitura revisada de Howard R. Bowen	A responsabilidade social assumida pela empresa é um conjunto de fatores que podem ser agrupados em torno de cinco dimensões: social, econômica, gestão, institucional e ética, que interagem entre si forçando um diálogo necessário para a convivência social, em um processo contínuo de ação-reação, portanto, de evolução social
<u>Ayres, Bonifácio e Silva (2020) Brasil</u>	Sustentabilidade empresarial: uma análise das matrizes de materialidade das empresas globais fabricantes de automóveis	Matriz de Materialidade. Gestão de Stakeholder. Responsabilidade Social.	Identificar o aspecto material mais citado na Matriz de Materialidade das empresas globais fabricantes de automóveis e descrever como as empresas o tem abordado em suas estratégias.	Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental sobre responsabilidade social empresarial, desenvolvimento sustentável e matriz de materialidade	Os resultados mostram que o aspecto mais citado é emissão de Dióxido de Carbono – CO2 e que as abordagens das empresas para responder as demandas dos stakeholders acerca desse aspecto se dão por toda sua cadeia de valor. E também que, dos dez relatórios de sustentabilidade consultados, apenas quatro divulgaram o conteúdo da Matriz de Materialidade no formato abordado nessa pesquisa.
Alzate, Glória Zapata, Martha Gómez (2018/Peru)	Uma análise de estudos de relatórios de sustentabilidade na América Latina	Global Reporting Initiative (GRI), relatórios de sustentabilidade, América Latina, publicações acadêmica	identificação de publicações acadêmicas sobre relatórios de sustentabilidade, em particular aquelas que ligam os referentes da GRI com o objetivo de estudar os contextos de negócios na América Latina, para mais tarde caracterizar as publicações encontradas.	Revisão de literatura / Dezoito artigos publicados entre 2006 e 2016 Pesquisa quantitativa e qualitativa com abordagem descritiva.	A maioria dos estudos avaliaram o uso de relatórios de sustentabilidade como ferramenta de relatório de gestão. Considerando o número de indicadores, o modelo escolhido ou adaptado e a periodicidade e profundidade das informações.

Autor/País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Bean, LuAnn and Thomas, Deborah W. (1990) Estados Unidos	O desenvolvimento da definição judicial de materialidade	NÃO CONSTA	Analisar os casos envolvendo materialidade e a evolução das definições de materialidade nos tribunais	Pesquisa bibliográfica, artigos, leis, regulamentos e decisões dos tribunais	Quando os tribunais em várias jurisdições são abordados para determinar questões de materialidade, diferentes precedentes são estabelecidos. Apenas as normas estabelecidas nas decisões do Supremo Tribunal são adotadas universalmente. Para evitar complicações jurídicas os Contabilistas devem cumprir a definição de materialidade do direito consuetudinário, à medida que evolui.
Benedicto, SC, Rodrigues, AC, Penido, MAS (2008/Brasil)	Surgimento e Evolução da Responsabilidade Social Empresarial (2008)	Responsabilidade Social Empresarial, Ações Sociais, Sociedade, Estado	Analisar a Responsabilidade Social Empresarial, num contexto histórico e de mudanças sociais crescentes.	Pesquisa bibliográfica Qualitativa	A responsabilidade social é corresponsável pelo desenvolvimento e bem-estar da sociedade onde se insere, através de um relacionamento ético e transparente, respeito ao meio ambiente e promoção dos interesses da sociedade.
Beske e Lorson/ Alemanha (2020)	Análise da materialidade e sustentabilidade e relatos integrados	Teoria dos stakeholders; relatórios integrados; relatórios de sustentabilidade; teoria da legitimidade; análise da materialidade.	Avaliar a divulgação sobre a análise de materialidade em relatórios de sustentabilidade e integrado através da ótica da teoria da legitimidade e das partes interessadas.	132 relatórios de 33 empresas do mercado de ações alemão Pesquisa qualitativa e quantitativa	A análise da materialidade é um fenómeno crescente. As empresas divulgam apenas uma pequena quantidade de informações relacionadas e falham ao explicar o método aos stakeholders e identificação de tópicos e aspetos. Os processos para definir o conteúdo dos relatórios permanecem incertos. Pelas lentes da teoria da legitimidade, a análise da materialidade pode ser estrategicamente usada indevidamente para definir o conteúdo do relatório sem considerar os interesses dos stakeholders e, portanto, não melhora o relatório para esses grupos.
Borger e Costa (2020/Londres) (capítulo de livro)	Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade na Estratégia Corporativa: estudos de casos brasileiros	Responsabilidade Social Corporativa, <i>triple bottom line</i> , modelo de negócios, gestão socioambiental	Verificar evolução dos conceitos e frameworks de Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade desenvolvidos para integrá-los à gestão	3 empresas brasileiras	Casos de negócios de sustentabilidade que os investimentos realizados trouxeram retornos significativos e relevantes para justificá-los; consenso de que implementar a sustentabilidade é diferente de implementar outras estratégias; objetivo deve ser alcançado simultaneamente como excelência no desempenho social, ambiental e financeiro.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Borger (2001/Brasil) Tese de doutoramento	Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial	.			
Carmo, Carvalho e Sousa/ Portugal (2020)	Investigação sobre materialidade: análise crítica e desenvolvimento recentes	Materialidade; contabilidade; IASB; auditoria; julgamento	Identificar oportunidades de investigação futura	Normalizadores, nomeadamente o IASB Pesquisa qualitativa	Propõe-se aos investigadores que se averigue a eficácia prática das alterações ao conceito de materialidade e dos guiões que auxiliam a sua aplicação.
Calixto e Ferreira Brasil, (2005)	Contabilidade Ambiental: aplicação das recomendações do ISAR em empresas do setor de mineração	Relatórios contabilísticos, Informações ambientais	Verificar o nível de utilização das diretrizes recomendadas pelo ISAR para evidenciação de informações sobre o meio ambiente	Dez maiores companhias do setor de mineração que constam no ranking das 2000 maiores empresas do mundo	Verificou-se que o conjunto de diretrizes das melhores práticas de divulgação de informações ambientais a ser divulgado nos relatórios contabilísticos, recomendadas pelo ISAR, foi utilizado parcialmente por todas as empresas. O nível de informações sobre o meio ambiente que foi divulgado pelas empresas componentes da amostra é desigual em termos quantitativos e qualitativos, porém, grande parte das companhias preencheu as diretrizes recomendadas pelo ISAR. As medidas mitigadoras de impactos ambientais foram divulgadas em diferentes níveis; enquanto algumas empresas informaram graficamente e ou através de quadros o seu desempenho na reabilitação de áreas, outras não divulgaram esse tipo de informação, ou divulgaram somente o aspeto legal.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Christensen, Eilifsen, Glover e Messier Jr. (2020/Estados Unidos e Noruega)	O efeito das divulgações de materialidade de auditoria na decisão dos investidores	Materialidade da auditoria, investidores, divulgação de materialidade	Examinar o efeito das divulgações de materialidade de auditoria nas decisões de investidores profissionais.	246 investidores profissionais no experimento principal e 91 investidores profissionais em dois experimentos complementares,	A partir de uma amostra de 337 investidores profissionais do Reino Unido e dos EUA em três experimentos distintos, não encontramos evidências consistentes de que os participantes incorporem a materialidade da auditoria em suas decisões de investimento. Como outros reguladores de auditoria fora do Reino Unido e da Holanda estão adotando uma abordagem de “esperar para ver” para exigir a divulgação da materialidade da auditoria, nossos resultados são oportunos e podem ajudar a informar os normalizadores sobre futuras escolhas de políticas.
Dias (2017/Brasil)	Os (des)encontros internacionais sobre meio ambiente: da Conferência de Estocolmo à Rio +20 – expectativas e contradições	Meio ambiente; desenvolvimento económico; ONU; desenvolvimento sustentável	Analisar do debate e da elaboração de tratados ligados à questão ambiental, apresentados nas conferências internacionais; demonstrar os avanços e os limites a partir dos consensos construídos nos documentos oficiais divulgados ao final desses fóruns	Revisão de literatura; publicações da ONU	As conferências podem significar residualmente - avanços na legislação ambiental; investimento em projetos bem-sucedidos na escala local; alerta sobre a gravidade de determinados problemas – mas suas proposições não alcançam o nível de integração, articulação e resultados em grande escala, mesmo quando essas proposições são modestas, em face da urgência da crise humana e ambiental em nossa época.
Edgley/Reino Unido (2013)	Uma genealogia da materialidade contabilística	Crítica social, Foucault, materialidade, genealogia	Explorar as condições genealógicas que estão por trás da emergência dos discursos da materialidade e seus papéis passados.	Para conduzir o estudo atual, foram consultadas orientações contabilísticas profissionais, periódicos e literatura, livros didáticos e trabalhos acadêmicos sobre materialidade, estendendo-se à literatura jurídica e de ciências sociais e casos de referência sobre materialidade nos EUA e no Reino Unido. Pesquisa qualitativa	Vista pela lente foucaultiana, a materialidade opera no lugar dos jogos de verdade sobre visibilizar, controlar, domar, administrar ou ocultar erros e subjetividades na tradução das inscrições contabilísticas. A materialidade contabilística é um conceito emblemático associados ao julgamento de auditoria. O conceito é familiar e sua historicidade e condições que a moldaram como diferentes tipos de objeto de conhecimento podem ser facilmente ignoradas. Uma nova abordagem genealógica pode estimular a reflexividade sobre sua multiplicidade e constituições, vistas como uma atividade performativa.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Font, Guix e Bonilla-Priego (2016, Reino Unido e Espanha)	Responsabilidade social corporativa em cruzeiros: usando a análise de materialidade para criar valor compartilhado	Relatórios corporativos, governança corporativa, iniciativa global de informação, gerenciamento de partes interessadas, engajamento das partes interessadas	Este estudo relata uma análise de materialidade da indústria de cruzeiros, comparando as preocupações/demandas das partes interessadas com a literatura relevante e os relatórios de RSC existentes para determinar até que ponto a definição atual da indústria de sua responsabilidade social corresponde às expectativas de suas partes interessadas e, posteriormente, para teorizar razões para os padrões encontrados	A pesquisa utiliza um painel selecionado de especialistas para avaliar a materialidade, em vez de não especialistas, para avaliar a materialidade. Portanto, as partes interessadas são selecionadas a partir de redes universitárias, anais de conferências relevantes e sites das companhias de cruzeiros, destinos e organizações não governamentais. As pessoas contatadas por e-mail são incentivadas a identificar outras partes interessadas.	Os resultados evidenciam que as empresas de cruzeiros tendem tanto a relatar em excesso questões imateriais quanto a relatar menos questões materiais, sem responder às solicitações das partes interessadas
Gurski, Gonzaga, Tendolini (2012/Brasil)	Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental	Sustentabilidade, Conferência de Estocolmo, Nosso Futuro Comum.	Analisar os primeiros esforços no sentido de discutir a questão ambiental, a partir, principalmente, da Conferência de Estocolmo.	Revisão de literatura Publicações da ONU	Primeira tentativa para incluir a questão ambiental nas agendas políticas de todas as nações, a primeira tentativa de aproximação entre direitos humanos e o meio ambiente.
Hsu, Lee, Chao (2013; Taiwan)	Modelo de análise de materialidade em relatórios de sustentabilidade: um estudo de caso na Corporação de Tecnologia Lite-On	Análise de materialidade Relatórios de sustentabilidade Failure modes and effects analysis (FMEA) Analytic Network Process (ANP)	Propor uma estrutura de avaliação para identificar qual questão do triple bottom line no relatório de sustentabilidade é material.	Análise de modos e efeitos de falha (FMEA) é utilizada para estabelecer critérios de avaliação e construir um modelo de análise de materialidade dos números de prioridade de risco (RPNs). O método <i>Analytic Network Process</i> (ANP) é usado para determinar o peso relacionado dos critérios. Apresenta-se o caso da Lite-On Corporation para ilustrar questões materiais identificadas nos relatórios de sustentabilidade através do método proposto.	A análise de materialidade é um elemento essencial do relatório de sustentabilidade. No entanto, a revisão da literatura neste estudo indica a falta de uma estrutura ou modelo de avaliação sistemática para determinar questões materiais. Portanto, um quadro conceitual baseado em risco de análise de materialidade em relatórios de sustentabilidade foi apresentado neste artigo. A estrutura proposta foi aplicada na Lite-On Corporation, identificando três critérios sob FMEA e determinando pesos relativos com ANP.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Jayasiri et al (2022) Sri Lanka, Nova Zelândia e Austrália	12 anos de relatórios integrados: uma revisão da pesquisa	Ranking ABDC, IIRC, relato integrado, pensamento integrado, revisão de literatura.	O objetivo deste artigo é revisar os artigos sobre RI publicados pelos periódicos de contabilidade, finanças e gestão na lista de periódicos do Australian Business Deans Council (ABDC) de 2009 a 2020.	Revisões anteriores da literatura de RI, incluindo tanto trabalho de pesquisa acadêmica, relatórios de pesquisa profissional e artigos publicados em anais de conferências revisadas por pares. ²	Os resultados revelam que o espectro de pesquisa em RI se ampliou ao longo do tempo e agora inclui mais pesquisas em RI na prática em comparação com pesquisas anteriores, que eram principalmente normativas.
Jun, Shiyong, Yi (2022/China)	A divulgação ESG ajuda a melhorar o capital intangível?	ESG, desempenho empresarial, lucros corporativos, lucro líquido, efeito marginal	Observar se existe uma relação entre divulgação ESG e o capital intangível	Indicadores ESG de empresas cotadas na bolsa de valores no período de 2017 a 2020	A divulgação ESG ajuda a melhorar o capital intangível, mas o investimento na área ESG mostra uma relação não linear com o capital intangível das empresas cotadas
Kincaid e Smith /Estados Unidos(2021)	Diversidade e inclusão na mineração: uma análise dos indicadores utilizados nos relatórios de sustentabilidade	Mineração; diversidade; inclusão; relatório de sustentabilidade	Determinar como e em que medida as empresas estão relatando seus programas de D&I	8 grandes mineradoras de metais no período de 2012 a 2019 Pesquisa quantitativa (e qualitativa?)	Embora algum progresso esteja sendo feito, existem oportunidades para melhorar os relatórios de D&I nos relatórios de sustentabilidade da mineração.
Kurowska-Pysz, Leite, Lis, Monteiro, Vale/Polónia-Portugal (2022)	O impacto dos sistemas de informação e sistemas de informação não-financeiras no sucesso das empresas	Qualidade do sistema de informações contábeis; qualidade do sistema de controle interno; qualidade das informações não-financeiras; sucesso na tomada de decisões; sucesso corporativo.	Desenvolver e avaliar um modelo que busca mensurar o impacto da Qualidade do Sistema de Informação Contábil, Qualidade do Sistema de Controle Interno e Qualidade da Informação Não Financeira no sucesso da empresa (Sucesso na Tomada de Decisão e Desempenho Não Financeiro)	381 empresas portuguesas Pesquisa quantitativa	A qualidade dos sistemas de informação e controlo (contabilidade e controlo interno) tem impacto direto na Qualidade da Informação Não Financeira e indireto no Sucesso da Tomada de Decisão. A Qualidade da Informação Não Financeira não contribui diretamente para o Desempenho Não Financeiro, mas contribui indiretamente através do Sucesso na Tomada de Decisão. As variáveis exploratórias revelam-se cruciais para o Desempenho Não Financeiro das empresas, respondendo por 62% da variância.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Legoria, J, Melendrez, KD, Reynolds, K. (2013) Estados Unidos	Materialidade de auditoria qualitativa e gerenciamento de resultados	Materialidade da auditoria, gerenciamento de resultados.	Investigar a propensão dos auditores em confiar em limites quantitativos de materialidade para a exclusão de limites qualitativos de materialidade	11.829 observações de empresa-ano para o período amostral de 1990 a 2009 que poderiam atingir seus lucros previstos apenas por meio do gerenciamento de despesas tributárias.	Os resultados indicam que:1)as empresas para as quais a previsão de consenso dos analistas excede o lucro antes do gerenciamento de despesas tributárias ("lucro pré-gerenciado") por um valor menor que a materialidade quantitativa da auditoria têm maior probabilidade de diminuir a despesa tributária para atender à previsão;2) as empresas são mais propensas a atender ou superar a previsão de consenso dos analistas quando a quantidade de gestão tributária necessária para atingir a previsão é menor do que a materialidade quantitativa; 3) examinamos o impacto do Staff Accounting Bulletin 99 (SAB-99) da Securities and Exchange Commission e impacto da aprovação da Lei Sarbanes–Oxley e descobrimos que a probabilidade de cumprir a previsão foi significativamente reduzida por ambas as leis. Esses resultados sugerem que os auditores não simplesmente ignoraram possíveis manipulações nas demonstrações financeiras, mas também que tenderam a enfatizar os elementos quantitativos da materialidade em detrimento dos elementos qualitativos
Messier,WF,Nonna, BN, Eilifsen, A. (2005) Austrália, Noruega e Estados Unidos (não sei se correto)	Revisão de pesquisa empírica sobre materialidade; duas décadas depois	Materialidade; bases de materialidade; quantitativo; fatores de materialidade qualitativa.	Revisar e integrar a pesquisa empírica sobre materialidade desde a revisão de Holstrum e Messier (1982) e (2) identificar as implicações dessa pesquisa para a prática e pesquisa de auditoria.	Dois métodos de pesquisa: estudos arquivísticos e estudos comportamentais.	Esta pesquisa examinou vários itens de relatório e divulgações, mas o efeito do item no resultado é o fator mais significativo na materialidade e nas decisões de divulgação dos auditores. Isso é consistente com a pesquisa que se baseou em papéis de trabalho do auditor A escolha de modificar o relatório do auditor parece consistente com os efeitos tradicionais do item sobre o resultado. O conhecimento de uma surpresa nos lucros não é importante para um investidor a título individual.

Pinheiro, Iudícibus et al (2017) Brasil	A materialidade aplicada para a divulgação de informações nas notas explicativas	Materialidade, divulgação, notas explicativas	Buscar uma resposta para a questão sobre o conceito de materialidade a ser aplicado nas informações divulgadas nas notas explicativas (anexos)	Companhias Abertas do segmento de transportes rodoviário da BM&FBOVESPA: JSL S.A. e Tegma Gestão Logística S.A.	É possível aplicar o conceito de materialidade às notas explicativas e as análises indicam que entre 33% e 27% das informações divulgadas nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da JSL e Tegma poderiam ter sido excluídas com base na materialidade estabelecida para as respectivas Companhias
Ricci, Grecco e Geron	A construção da materialidade para um relato integrado em uma empresa de saneamento municipal	GRI, IIRC, Relato Integrado, Relatório de Sustentabilidade.	Auxiliar a empresa estudada a iniciar a utilização das orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) para relato integrado em seu Relatório de Sustentabilidade, partindo-se da construção dos temas materiais.	01 empresa	Os princípios para a construção dos temas materiais do IIRC e da Global Report International (GRI) são similares, com orientações recentes, sendo necessários investimentos em treinamentos e tempo para que a empresa consiga incorporar o pensamento integrado em suas ações, além de ser um processo de médio a longo prazo.
Rocha (2021) Portugal	A Utilidade da Informação Financeira e Não Financeira para a Tomada de Decisão	Informação financeira, Informação não-financeira, tomada de decisão, contabilidade	Perceber a necessidade dessa informação para os gestores; apontar os principais utilizadores dela; reconhecer se as necessidades dos gestores são satisfeitas através da informação dos preparadores; identificar que tipo de informação os gestores consideram mais importante; perceber se o perfil do gestor tem influência na tomada de decisão; perceber quais as fontes de informação mais utilizadas pelos gestores na tomada de decisão; apurar possíveis fatores de exclusão desta fonte de informação por parte dos gestores.	56 Contabilistas Certificados	O gestor pede, maioritariamente, algum tipo de informação mensal e as principais razões são para acompanhar a evolução dos negócios, e nas vendas, sendo este o objetivo principal nas empresas. Conseguimos verificar que a informação não financeira ainda é uma grande lacuna no reporte da informação Baseado na revisão da literatura, identificou-se uma lacuna, que se estabelece na falta de estudos que relacionem a informação financeira com a não financeira, visto ser um assunto pouco recente e cada vez com mais importância.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Sareen e Wolf (2021, Noruega)	Transições de Accountability e sustentabilidade	Energia solar, legitimidade, coevolução, transições de sustentabilidade, avaliação deliberativa, sanções, Portugal, responsabilidade, instituições	Analisar da prestação de contas aplicadas à captação de energia solar	Análise de caso de transição de sustentabilidade, energia solar, em Portugal, no período 2017.2020	Evidência de mudanças nas relações de responsabilidade que são um bom presságio para o crescimento acelerado da absorção solar em Portugal. promessa significativa para o avanço da pesquisa de governança ambiental.
Sartose /Brasil (2017)	Produção de indicadores de desempenho em sustentabilidade para o setor de etanol de cana-de- açúcar no estado de São Paulo	Indicadores de Sustentabilidade; etanol; transparência; Relatório de Sustentabilidade; GRI; Governança Corporativa	Analisar a publicação de relatórios de sustentabilidade e a suficiência das informações neles divulgadas	63 empresas com relatórios de sustentabilidade baseados no modelo GRI publicados no triênio 2013-2015. Pesquisa qualitativa	o setor, como um todo, encontra-se no início de busca do aumento de sustentabilidade, A falta de transparência generalizada, denota que há desafios a superar, principalmente no âmbito da divulgação de informações.
Velozzo e França (2017) Brasil	Indicadores essenciais de desempenho ambiental da Global Reporting Initiative (GRI): uma análise nas empresas do setor de petróleo e gás	Indicadores ambientais, gestão ambiental, indústria de petróleo e gas.	Análise dos indicadores essenciais de desempenho ambiental divulgados pelas principais empresas do setor de petróleo e gás, signatárias do Global Reporting Initiative(GRI)	Sete empresa do setor de petróleo e gas que utilizam as normas GRI	Os indicadores EN20 (correspondente a NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas), EN22 (peso total de resíduos) e EN23 (número e volume total de derramamentos significativos) foram os mais frequentemente reportados nos relatórios de sustentabilidade. Verifica-se que os indicadores ambientais supracitados são representativos, quando mensurada a extensão do impacto ambiental negativo.

Autor/ País/ Ano	Tema	Palavras-chaves	Objetivo	Amostra/ Metodologia	Principais resultados
Villiers e Sharma(2017) Nova Zelândia e África do Sul	Uma reflexão crítica sobre o futuro do capital financeiro, intelectual, sustentabilidade e relato integrado	Capital Intelectual, Relatórios Integrados, Perspetiva Crítica	Examinar o futuro do relato de Capital Intelectual, oferecendo uma reflexão crítica sobre diferentes formas de relato, com foco particular no Relato Integrado (<RI>)	Frameworks IIRC para Relatos Integrados e GRI para relatórios de sustentabilidade	Concluímos que é improvável que o Relato integrado inclua o relatório tradicional de demonstrações financeiras, nem será capaz de fornecer todas as informações atualmente relatadas em relatórios do tipo GRI. A interação dessas estruturas de relatórios e seu desenvolvimento futuro é um bom presságio para o Capital Intelectual (IC), porque diferentes tipos de informações do IC serão relatados em cada um dos relatórios e nas demonstrações financeiras; ou seja, o IC não compete com esses formulários de notificação, mas constitui uma parte essencial de cada um
Whitehead, Jay /Nova Zelândia (2016)	Priorizando indicadores de sustentabilidade: usando a análise de materialidade para orientar a sustentabilidade, avaliação e estratégia	Materialidade, desenvolvimento sustentável; avaliação de sustentabilidade; estratégia ambiental; vinho; indicadores de sustentabilidade	Analisas as tendências de sustentabilidade relevantes para o setor de diferentes grupos de partes interessadas (ciência, negócios, sociedade e órgãos reguladores) que pudessem sinalizar possíveis distúrbios para um setor e, segundo, aplicar esse processo para a indústria vinícola da Nova Zelândia, a fim de priorizar uma série de questões de sustentabilidade.	Treze fontes de informação representativas de diferentes perspectivas das partes interessadas consideradas para impulsionar a necessidade de avaliação de sustentabilidade são analisadas para fornecer uma medida de relevância e risco da questão da sustentabilidade.	Os resultados mostram uma diferença distinta na prioridade entre os indicadores que medem o desempenho ambiental e social e os indicadores que medem o desempenho econômico e de governança. Isso tem amplas implicações para as práticas de gestão e respostas políticas para melhorar a sustentabilidade.
Weitzel (2022) Portugal	Explorando divulgações de materialidade em relatos não financeiros: evidências de relatórios anuais em empresas da UE	Relato não financeiro, Materialidade, Divulgação, CSRD, Sustentabilidade,	Investigar divulgações de materialidade em relatórios não financeiros	50 empresas cotadas na Euro Stoxx 50	As divulgações de materialidade em relatórios não financeiros são de grande disparidade. Para aumentar a usabilidade dos relatórios, é recomendado ao normalizador para desenvolver um padrão de relatório